



# RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO NOVO VIVER SEM LIMITE

NOVO  
**VIVER SEM LIMITE**  
PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



MINISTÉRIO DOS  
DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil

**Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho**

Vice-presidente da República Federativa do Brasil

**Janine Mello**

Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania

**Isadora Nascimento**

Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

**Alex Reinecke de Alverga**

Diretor de Relações Institucionais

**Maria Aparecida de Carvalho Correia**

Coordenadora-Geral do Plano Nacional Novo Viver Sem Limite

**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC)**

*SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA*

**Endereço:** Setor Comercial Sul B - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A - 8º andar CEP: 70.308-200 – Brasília (DF) – Brasil

**Telefone:** (61) 2027-3943

**E-mail:** novoviversem limite@mdh.gov.br

**Relatório de monitoramento da execução do Novo Viver sem Limite**

Publicado em maio de 2026.

Informações disponíveis em: <https://novoviversem limite.mdh.gov.br/>



**COMITÊ GESTOR DA CÂMARA INTERMINISTERIAL DOS DIREITOS DA PESSOA  
COM DEFICIÊNCIA**

**Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Presidente do Comitê Gestor**  
JANINE MELLO

**Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República**  
MIRIAM BELCHIOR

**Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação**  
LUCIANA SANTOS

**Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e  
Combate à Fome**  
WELLINGTON DIAS

**Ministro de Estado da Educação**  
LEONARDO OSVALDO BARCHINI ROSA

**Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**  
ESTHER DWECK

**Ministro de Estado da Saúde**  
ALEXANDRE PADILHA

Brasília

2026

# ÍNDICE GERAL – POR EIXO, MINISTÉRIOS E AÇÕES

APRESENTAÇÃO \_\_\_\_\_ 12

PANORAMA DE EXECUÇÃO E MONITORAMENTO \_\_\_\_\_ 14

## EIXO 1

**GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL** \_\_\_\_\_ **18**

Ministério da Cultura (MinC) \_\_\_\_\_ 19

1.1. Reconhecimento e premiação de 82 iniciativas culturais idealizadas por e para pessoas com deficiência - Prêmio Sergio Mamberti \_\_\_\_\_ 19

1.2. Realização de 4 Seminários Nacionais com a Rede de Pontos e Pontões de Acessibilidade Cultural \_\_\_\_\_ 19

Ministério da Educação (MEC) \_\_\_\_\_ 21

1.3. Criação de 27 observatórios de monitoramento para fiscalizar a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva \_\_\_\_\_ 21

1.4. Lançamento de 6 editais de fomento à pesquisa para pesquisadores com deficiência \_\_\_\_\_ 21

Ministério da Saúde (MS) \_\_\_\_\_ 23

1.5. Publicação da Portaria de revisão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) \_\_\_\_\_ 23

1.6. Consolidação das normas sobre as Redes do Sistema Único de Saúde - Cuidado à Pessoa com Deficiência \_\_\_\_\_ 23

1.7. Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde \_\_\_\_\_ 24

1.8. Elaboração e publicação de 5 novas diretrizes de atenção à saúde da pessoa com deficiência \_\_\_\_\_ 24

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)	25
1.9. Oferta de 8 turmas EAD com mentoria para formação de profissionais da Média e Alta Complexidade nos Centros-Dia, Residências Inclusivas e serviços similares	25
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	27
1.10. Criação e divulgação do cadastro negativo de empresas descumpridoras das cotas de emprego para pessoas com deficiência	27
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)	28
1.11. Decreto - Estrutura de Governança do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - NVSL	28
1.12. Instituição da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD)	28
1.13. Lançamento do Portal do Observatório de Monitoramento das Ações do Novo Viver sem Limite	29
1.14. Constituição do Fórum Nacional de Gestores de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência	29
1.15. Pactuação e lançamento do novo Viver Sem Limite em todos os Estados e DF	30
1.16. Instituição do Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência - Sisnedef	30
1.17. Pactuação com estados para cumprimento do Protocolo Nacional de atendimento de denúncias de violações de direitos de pessoas com deficiência	31
1.18. Certificação da Avaliação Biopsicossocial para 1 milhão de pessoas beneficiárias do BPC	32

## **EIXO 2**

### **ENFRENTAMENTO AO CAPACITISMO E À VIOLÊNCIA \_\_\_\_ 33**

Ministério da Educação (MEC)	34
2.1. Formação de 8.250 professores de salas comuns na "Política de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva"	34

2.2. Capacitação de 100% dos profissionais dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNEs, na Rede dos Institutos Federais	35
<b>Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)</b>	<b>36</b>
2.3. Capacitação de 6 mil profissionais de segurança pública na Língua Brasileira de Sinais (Libras)	36
2.4. Capacitação de 6 mil profissionais de segurança pública na atuação policial frente às pessoas com deficiência psicossocial e outros grupos vulneráveis	37
<b>Ministério da Saúde (MS)</b>	<b>38</b>
2.5. 90 novas Policlínicas equipadas com mesas ginecológicas e mamógrafos acessíveis	38
2.6. Implantar 250 consultórios ginecológicos nas novas Unidades de Saúde (Tipo 3) com aparelhos acessíveis e equipe capacitada	38
<b>Ministério dos Direitos Humanos e da cidadania (MDHC)</b>	<b>40</b>
2.7. Protocolo de Qualificação e Monitoramento de Espaços de Acolhimento às pessoas idosas e com deficiência	40
2.8. Campanha no Disque Direitos Humanos (Disque 100) para denúncias de capacitismo	40
2.9. Formação de 4.500 lideranças para atuação na defesa de direitos humanos das pessoas com deficiência nos territórios, com ênfase em pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+ com deficiência – Programa de Formação de Lideranças com Deficiência	43
2.10. Instituição do Centro Nacional de Memória da Internação Compulsória	43
2.11. Tombamento de cinco ex-colônias de internação compulsória de pessoas com hanseníase	44
2.12. Publicação de livros, promoção de exposições física e virtual sobre Direito à Memória, reconhecimento e reparação da escravidão às pessoas negras com deficiência	45
2.13. Formação de 15.000 Conselheiros Tutelares na temática da promoção de direitos da criança e do adolescente com deficiência	46
2.14. Protocolo de atendimento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos de pessoas com deficiência	46

## **EIXO 3**

### **ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA ASSISTIVA \_\_\_\_\_ 48**

Agência Nacional do Cinema (Ancine) \_\_\_\_\_ 49

3.1. Financiamento de novas Tecnologias, Inovação e Acessibilidade na linha do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) \_\_\_\_\_ 49

3.2. 3.055 obras financiadas com recursos de acessibilidade comunicacional \_\_\_\_\_ 49

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) \_\_\_\_\_ 51

3.3. Implantação de 28 Laboratórios no Âmbito da SisAssistiva – Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Certificação de Tecnologia Assistiva \_\_\_\_\_ 51

3.4. Implantação de 27 Centros de Acesso, Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva (CAPTA) \_\_\_\_\_ 51

3.5. Implantação da Central Nacional de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Conecte Libras Brasil) \_\_\_\_\_ 53

Ministério da Cultura (MinC) \_\_\_\_\_ 54

3.6. Implantação de 11 novos Pontos com a temática de Acessibilidade Cultural e Equidade \_\_\_\_\_ 54

3.7. 100% de acessibilidade comunicacional nas sessões comerciais das salas de cinema \_\_\_\_\_ 54

3.8. Realização de 10 edições do Curso de Qualificação em Acessibilidade Cultural de Base Comunitária \_\_\_\_\_ 55

3.9. 5 Pontões de Cultura no país com a temática de acessibilidade \_\_\_\_\_ 56

3.10. 3 Encontros Nacionais de Acessibilidade Cultural – ENAC \_\_\_\_\_ 56

3.11. 120 cursos de extensão para 4.000 pessoas com temas e técnicas de tecnologia assistiva na cultura \_\_\_\_\_ 57

3.12. Lançamento nacional do app VEM CA – Plataforma de Cultura, Conteúdo e Conhecimento Acessíveis \_\_\_\_\_ 58

3.13. Formação de 500 especialistas em Acessibilidade Cultural (lato sensu) \_\_\_\_\_ 58

3.14. 27 cursos presenciais de qualificação em Acessibilidade Cultural \_\_\_\_\_ 59

Ministério da Educação (MEC) \_\_\_\_\_ 60

3.15. 1.500 ônibus do transporte escolar acessíveis \_\_\_\_\_ 60

3.16. Atendimento de 38 mil escolas com salas de recursos multifuncionais adquiridas com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	61
3.17. 72 mil exemplares em Braille para o atendimento de 12 mil alunos cegos ou com deficiência visual no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD	62
3.18. Retomada da Rede Incluir para ações de acessibilidade nas Universidades Federais	63
3.19. Livros digitais para 20 mil alunos cegos ou com deficiência visual no âmbito do PNLD	63
3.20. Fornecimento de dispositivos e equipamentos de tecnologia assistiva para o atendimento de 95 mil crianças com deficiência	64
<b>Ministério de Portos e Aeroportos (MPor)</b>	<b>65</b>
3.21. Elaboração e publicação do Guia de Acessibilidade na Aviação Civil	65
<b>Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)</b>	<b>66</b>
3.22. Diagnóstico da conformidade de acessibilidade arquitetônica e comunicacional nas unidades do Sistema Nacional Socioeducativo	66

## **EIXO 4**

### **PROMOÇÃO DE DIREITOS** \_\_\_\_\_ **67**

<b>Ministério da Educação (MEC)</b>	<b>68</b>
4.1. Educação Bilíngue – Investimentos com pessoal e ações no Instituto Nacional de Surdos (INES)	68
4.2. Suporte financeiro adicional a escolas para atendimento a estudantes com deficiência no Programa Dinheiro Direto na Escola Básico – PDDE	68
4.3. 10% de provimento das vagas para pessoas com deficiência no Concurso Nacional da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)	69
4.4. Promoção de 80 cursos de produção de materiais acessíveis no âmbito da Plataforma Aprenda Mais	70
4.5. Ampliação de 700 vagas no âmbito do PARFOR na rede de mestrado profissional em Educação Inclusiva (PROFEI/PROEB) para todos os estados e o DF	71
4.6. Capacitação para residentes do PIBID e da Residência Pedagógica (PARFOR)	71

4.7. Formação de 3.500 profissionais na educação bilíngue (Língua Brasileira de Sinais) de surdos até 2024	72
4.8. 80 vídeos com a produção de material bilíngue	73
4.9. Formação de 63 mil professores e 106 mil gestores em educação especial na perspectiva inclusiva pela Rede Nacional de Formação (RENAFOR)	73
4.10. Contratação de profissionais de apoio a estudantes com deficiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	74
4.11. Financiamento de 60 Projetos de Extensão com Equoterapia na Rede Federal	75
4.12. Contratação de profissionais de apoio a estudantes com deficiência nas Universidades	75
<b>Ministério da Previdência Social (MPS)</b>	<b>77</b>
4.13. Capacitação de 3 mil profissionais das equipes da Perícia Médica Federal, Reabilitação Profissional e Serviço Social do INSS sobre os direitos da pessoa com deficiência e modelo Único da Avaliação Unificada da Deficiência	77
<b>Ministério da Saúde (MS)</b>	<b>78</b>
4.14. Reajuste no valor do custeio dos Centros Especializados em Reabilitação (35% para CERs II e III; 25% para CER IV)	78
4.15. Reajuste de 35% no custeio das Oficinas Ortopédicas da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD)	78
4.16. Habilitação de Centros de Referência em Reabilitação para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no SUS	79
4.17. Revisão e atualização da linha de cuidado referente ao Transtorno do Espectro Autista (TEA)	79
4.18. Habilitar 75 novos Centros Especializados em Reabilitação	80
4.19. Novo custeio mensal para atendimento a pessoas com TEA nos serviços da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD)	80
4.20. Reajuste no custeio mensal direcionado aos serviços da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência – RCPD	81
4.21. Habilitar 12 Oficinas Ortopédicas	82
4.22. Publicação e revisão de 16 diretrizes e protocolos de atenção à saúde da pessoa com deficiência	82
4.23. Elaboração da linha de cuidado e das diretrizes de atenção à saúde das pessoas com pé torto congênito	83

Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) \_\_\_\_\_ 84

- 4.24. Implantação de 20 unidades de salas multissensoriais para o acolhimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Aeroportos e Aeródromos Regionais \_\_\_\_\_ 84

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) \_\_\_\_\_ 86

- 4.25. Centros-Dia e similares, Residências Inclusivas e Família Acolhedora \_\_ 86
- 4.26. Programa BPC na Escola, com 425 mil matrículas de pessoas beneficiárias do BPC até 18 anos de idade, na rede regular de ensino \_\_\_\_\_ 86
- 4.27. Busca ativa no PROCAD/SUAS a fim de garantir inclusão no cadastro único e acesso ao BPC para todas as pessoas com deficiência em unidades de acolhimento \_\_\_\_\_ 87

Ministério do Esporte (MEsp) \_\_\_\_\_ 89

- 4.28. Implantação de 27 núcleos do programa TEAtivo em todas as unidades da federação \_\_\_\_\_ 89
- 4.29. Implantação de 27 núcleos do Programa Semear + Paradesporto \_\_\_\_\_ 89
- 4.30. Implantação de núcleos do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) em 21 unidades da federação \_\_\_\_\_ 90
- 4.31. Formação de 1.000 professores da rede básica de ensino na temática do paradesporto \_\_\_\_\_ 91
- 4.32. Implantação de 34 núcleos do Programa Maré Inclusiva nas regiões litorâneas \_\_\_\_\_ 91
- 4.33. Implantação de 100 Centros de Referência Paralímpicos \_\_\_\_\_ 93

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) \_\_\_\_\_ 94

- 4.34. Qualificação de 4.329 atendentes do Sistema Sine "Casa do Trabalhador" para atendimento a pessoas com deficiência \_\_\_\_\_ 94
- 4.35. Habilitação de 200 entidades representativas das pessoas com deficiência na condição de instituições qualificadoras \_\_\_\_\_ 94
- 4.36. Promover 120.000 novos contratos de trabalho de Pessoas com Deficiência ou reabilitadas do INSS em empresas obrigadas a cumprirem a Lei de Cotas \_\_\_\_\_ 95
- 4.37. 5.772 Mutirões de Empregabilidade da Pessoa com Deficiência (Dia D do emprego da Pessoa com Deficiência) nas 27 Unidades da Federação \_\_\_\_\_ 95
- 4.38. Formação de 2.000 Agentes em Tecnologia do Emprego com Apoio \_\_\_\_ 96

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) _____	97
4.39. Formação presencial de 1.500 pessoas com deficiência aposentadas ou beneficiárias do BPC em letramento digital e educação midiática _____	97
4.40. Formação de 3.000 trabalhadores das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) sobre direitos da pessoa idosa com deficiência e prevenção à tortura _____	97
4.41. Formação de 2.000 conselheiros municipais de direitos da pessoa idosa sobre direitos das pessoas com deficiência _____	98
CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO _____	100
Alterações propostas _____	101
Solicitação de exclusão de iniciativas _____	102
Proposta de revisão _____	104
Proposta de novas iniciativas _____	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	110
ANEXO – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES APÓS A REVISÃO _____	112



# APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o **Relatório de Monitoramento da Execução do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite (NVSL)**, iniciativa que marca a retomada, pelo Governo Federal, de uma política estratégica voltada à promoção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

O Novo Viver sem Limite está fundamentado nos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro com a **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)**, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status constitucional, e na **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)**, que consolidou um marco normativo orientado pelos princípios da igualdade, da acessibilidade, da participação social e da não discriminação. Nesse contexto, o Plano reafirma o compromisso do país com a promoção de uma sociedade inclusiva e com a eliminação das barreiras que limitam a plena participação das pessoas com deficiência.

Instituído pelo **Decreto nº 11.793 de 2023**, o Novo Viver sem Limite representa um esforço articulado do Governo Federal para implementar uma política pública sistêmica, transversal e intersetorial voltada à garantia de direitos.

A construção do Plano resultou de um amplo processo de diálogo conduzido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com a participação da sociedade civil, movimentos sociais e organizações representativas da pauta. Foram realizadas duas consultas públicas que possibilitaram identificar demandas prioritárias das pessoas com deficiência e de seus familiares. Essas contribuições foram posteriormente debatidas em mais de 160 reuniões interministeriais, envolvendo mais de duas dezenas de órgãos e ministérios responsáveis pela elaboração e estruturação das iniciativas do Plano.

No ato de assinatura dos decretos, em 23 de novembro de 2023, o presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** realizou o lançamento oficial do Plano, anunciando 95 iniciativas estruturadas e investimentos superiores a R\$ 6 bilhões.

O Novo Viver sem Limite está organizado em quatro eixos estruturantes: **Gestão e Participação Social; Enfrentamento ao Capacitismo e à Violência; Acessibilidade e Tecnologia Assistiva; e Promoção do Direito à Educação, à Assistência Social e à Saúde, bem como de outros direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais**. Seu objetivo é enfrentar as barreiras e desigualdades vivenciadas pelas pessoas com deficiência no Brasil, garantindo

seus direitos por meio da efetivação de uma política sistêmica, transversal, intersetorial, interseccional, interfederativa e participativa.

Entre as inovações do NVSL destaca-se a criação da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD), por meio do **Decreto nº 11.794 de 2023**, responsável por monitorar e coordenar a execução das ações previstas no Plano, fortalecendo sua governança e integração entre os diferentes órgãos da administração pública federal. Um aspecto relevante instituído pelo decreto é a possibilidade de revisão anual, que atribui ao Plano um perfil mais dinâmico, participativo e com possibilidade de se adaptar a novas demandas e conjunturas.

O presente documento está organizado em quatro partes. A primeira apresenta um panorama geral da execução e do monitoramento do Plano, incluindo a metodologia adotada, a dinâmica de governança e os principais desafios identificados. A segunda parte detalha o andamento das 95 iniciativas, organizadas por eixo, órgãos e ministérios responsáveis, além de apresentar e analisar a pertinência de eventuais propostas de revisão. A terceira parte consolida os pedidos de alteração, inclusão e exclusão de iniciativas. E por fim, a quarta parte reúne considerações finais sobre os avanços alcançados e os desafios ainda presentes na operacionalização do Plano.

Mais do que uma exigência institucional, este relatório busca dar transparência à implementação do Novo Viver sem Limite, fortalecer o acompanhamento social das políticas públicas e incentivar o contínuo aprimoramento das ações voltadas à promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.

**Isadora Nascimento**

Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
Coordenadora do Grupo Executivo da Câmara Interministerial  
dos Direitos da Pessoa com Deficiência

**Janine Mello**

Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Presidente do Comitê Gestor da Câmara Interministerial  
dos Direitos da Pessoa com Deficiência

# PANORAMA DE EXECUÇÃO E MONITORAMENTO

O Novo Viver sem Limite representa um esforço para consolidar uma agenda permanente de Estado voltada à promoção dos direitos das pessoas com deficiência, fortalecida pela criação da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD), órgão colegiado permanente responsável pela governança do Plano. A estrutura da CIDPD é composta por um Comitê Gestor, um Grupo Executivo, os órgãos e entidades responsáveis pela execução das iniciativas e, quando necessário, Câmaras Técnicas criadas com o objetivo de fomentar instrumentos de participação social, promover articulação federativa e analisar temas específicos.

Como instância máxima da CIDPD, o Comitê Gestor é formado por sete ministros de Estado e presidido pela Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, e tem entre as suas competências o papel de “monitorar e avaliar os resultados das políticas executadas no âmbito das edições do Plano Viver sem Limite”. Cabe ao Grupo Executivo, integrado por altas autoridades dos mesmos ministérios, a função de oferecer apoio e subsídios técnicos para esse monitoramento, com o suporte da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na função de Secretaria-Executiva da Câmara.

De acordo com o Decreto nº 11.794/2023, estão previstas reuniões semestrais da CIDPD, em caráter ordinário, e reuniões extraordinárias, mediante convocação do membro que a preside. No âmbito do **Grupo Executivo da CIDPD**, foi cumprido o calendário de reuniões ordinárias semestrais, com 5 reuniões e foram realizadas 2 reuniões extraordinárias e 3 extraordinárias ampliadas, com a participação de órgãos executores, com o objetivo de acompanhar a execução das ações, alinhar informações institucionais e aprimorar os instrumentos de monitoramento.

Quanto ao **Comitê Gestor**, foi realizada a 1ª reunião ordinária, em 2024. Na reunião, foram aprovados o Regimento Interno da Câmara Interministerial e o modelo de resolução para criação de Câmaras Técnicas, além de definidos os temas das quatro primeiras Câmaras que viriam a ser criadas: Políticas Públicas e Deficiências Psicossociais; Trabalho e Empregabilidade da Pessoa com Deficiência; Interseccionalidade e Efetividade das Políticas Públicas; e Pessoa com Deficiência, Tecnologia Assistiva e Inovação.

A 2ª reunião ordinária foi realizada em 24 de março de 2026, quando houve o encaminhamento para a aprovação do presente relatório e da Resolução para publicação da versão revisada das iniciativas do Plano.

A Câmara Técnica de Políticas Públicas e Deficiências Psicossociais foi instituída por meio da Resolução nº 2, de 11 de julho de 2025, publicada em 23 de julho de 2025, com o objetivo de alinhar entendimentos e recomendar critérios para delimitação de beneficiários e requisitos de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência psicossocial.

O monitoramento do NVSL pela CIDPD adotou uma metodologia de acompanhamento da execução das 95 ações previstas no plano, com o envio de dados pelos 11 órgãos responsáveis em planilhas com informações detalhadas e a realização de reuniões periódicas. Esse processo busca garantir maior padronização das informações, alinhamento institucional e maior capacidade de acompanhamento da execução do Plano.

A **classificação do status das ações** considera o andamento da execução, a existência de entregas e o início das ações planejadas, com as seguintes definições:

#### 1. Concluída:

- Definição: a ação foi totalmente executada conforme o planejado e todas as entregas previstas na meta foram finalizadas.
- Critérios: 100% das etapas realizadas; entregas finalizadas; não há pendências ou procedimentos adicionais.

#### 2. Em andamento com entregas parciais:

- Definição: a ação foi iniciada e alguns resultados ou produtos foram entregues, mas ainda existem etapas a serem concluídas.
- Critérios: execução parcial da ação; existência de entregas intermediárias; anda há etapas previstas no cronograma.

#### 3. Em andamento:

- Definição: a ação foi iniciada, porém ainda não houve entrega de resultados ou produtos formais.
- Critérios: execução iniciada; trabalhos internos em progresso; entregas ainda não realizadas.

#### 4. Aguardando início:

- Definição: a ação ainda não foi iniciada, mas está prevista no planejamento.

- Critérios: 0% de execução; nenhuma etapa iniciada; pode depender de prazo, recurso ou etapa anterior.

#### 5. Excluir:

- Definição: o órgão executor solicitou a exclusão da ação e, após análise, considerou-se pertinente a exclusão; ou, o órgão executor solicitou a alteração da ação e, após análise, considerou-se mais pertinente a exclusão.
- Critérios: justificativa para a inexecuibilidade da ação (restrições orçamentárias, mudanças estruturais etc.); inadequação da alteração proposta.

Quanto às **terminologias utilizadas para a previsão/execução orçamentária**, tem-se que:

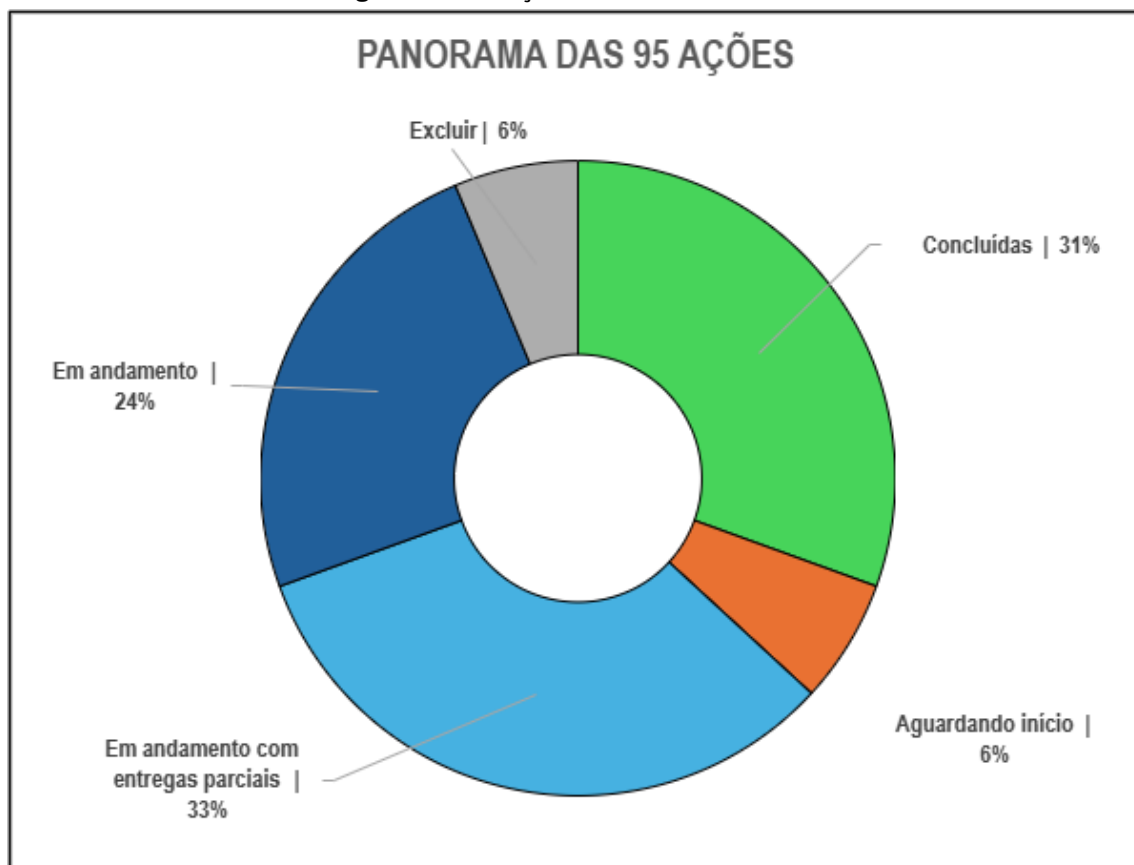
1. **Valor previsto:** Refere-se ao montante estimado ou programado inicialmente para a execução da ação no período analisado.
2. **Valor executado:** Refere-se ao montante efetivamente utilizado ou gasto na execução da ação.

O monitoramento do Novo Viver sem Limite constitui etapa essencial para assegurar a efetividade das políticas previstas. As informações consolidadas são disponibilizadas no portal oficial do Plano (<https://novoviversem limite.mdh.gov.br>), permitindo o acompanhamento público das iniciativas, prazos e resultados. A atualização contínua desses dados contribui para fortalecer a transparência da gestão pública, ampliar o controle social e consolidar o compromisso do Estado brasileiro com a promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Considerando os parâmetros de classificação do status das ações, bem como as informações prestadas pelos órgãos executores, no mês de março de 2026 observou-se o seguinte panorama de execução das ações do Novo Viver sem Limite:

- Concluídas - 29;
- Em andamento com entregas parciais – 31;
- Em andamento – 23;
- Aguardando início - 6;
- Excluir - 6.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta o panorama geral dos status de execução das **95 ações do Plano, em termos percentuais**.

**Gráfico 1: Panorama geral das 95 ações do Novo Viver sem Limite**

**Descrição da imagem:** A imagem apresenta um gráfico de rosca intitulado “Panorama das 95 ações”, que mostra a distribuição percentual do status de 95 ações. Os segmentos estão divididos da seguinte forma: Concluídas: 31% (em verde); Em andamento com entregas parciais: 33% (maior fatia, destacada em azul claro); Em andamento: 24% (em azul escuro); Aguardando início: 7% (em laranja); Excluir: 6% (em cinza). Visualmente, o gráfico evidencia que a maior parte das ações está em progresso (somando as categorias “em andamento” e “em andamento com entregas parciais”), enquanto uma parcela significativa já foi concluída. Uma menor proporção ainda aguarda início ou está marcada para exclusão.

À luz desse cenário, deve-se considerar que o Novo Viver sem Limite foi concebido sem prazo determinado de vigência, como uma política nacional articulada e com possibilidade de revisão anual, o que reforça seu caráter permanente e estruturante, como política de Estado e não de governo. Além disso, trata-se da retomada de uma agenda estratégica após mais de dez anos do encerramento do plano anterior, que envolve não apenas recomposição institucional, mas também rearticulação federativa, administrativa e orçamentária.

Sendo assim, o resultado parcial obtido até o momento é compatível com a retomada e reativação institucional de uma agenda que volta a ganhar escala e prioridade mais de uma década após a primeira versão do Plano.

A seguir, serão detalhados os resultados de implementação das 95 ações, organizadas por eixo e responsáveis pela execução.



# **EIXO 1 – GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

# MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC)

## 1.1. Reconhecimento e premiação de 82 iniciativas culturais idealizadas por e para pessoas com deficiência - Prêmio Sérgio Mamberti

**Meta:** Publicar o Edital Cultura Viva Prêmio Sérgio Mamberti - Linha Diversidade Cultural - Categoria: Pessoas com Deficiência.


**Valor previsto:** R\$ 2.460.000,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** O Prêmio Sérgio Mamberti reconheceu iniciativas culturais idealizadas por e para pessoas com deficiência, valorizando seu protagonismo e a produção artística inclusiva. A premiação reforçou o compromisso com a diversidade, a acessibilidade e a promoção de direitos culturais, ampliando a visibilidade e o apoio a ações que fortalecem a inclusão no setor.

Foi publicado o Edital de Seleção Pública N.º 08, de 31 de agosto de 2023, com reconhecimento e premiação de 82 iniciativas, sendo 41 para agentes culturais e 41 para grupos, coletivos e pessoas jurídicas sem fins lucrativos.

**Valor executado:** R\$ 2.010.000,00

 **Acesse:** [Notícia — "Divulgado resultado da Etapa de Seleção do Edital de Premiação Cultura Viva Sérgio Mamberti"](#)

## 1.2. Realização de 4 Seminários Nacionais com a Rede de Pontos e Pontões de Acessibilidade Cultural

**Meta:** Realizar 1 seminário anual da Rede de Pontos e Pontões de Acessibilidade Cultural.

**Valor previsto:** R\$ 4.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Foi realizada, em fevereiro de 2024, a Conferência Temática de Acessibilidade Cultural, 3 e 4.02.2024, iniciativa preparatória para a 4ª Conferência Nacional de Cultura – parceria UFRJ.

Encontro Funarte de Políticas de Acessibilidade: Ampliando Acessos nas Artes - 10, 11 e 12.11.2025. Promovido pelo “GT Funarte Acessibilidade” instituído pela Portaria Funarte nº 570, de 20 de setembro de 2023.

[6ª Teia Nacional de Pontos de Cultura](#) de 19 a 24.05.2026 em Aracruz/ ES, com apresentação cultural do Pontão de Acessibilidade Cultural Albertina Brasil.

**Valor executado:** R\$ 384.000,00

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

---

## 1.3. Criação de 27 observatórios de monitoramento para fiscalizar a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

**Meta:** Criar 27 observatórios estaduais.

**Valor previsto:** R\$ 19.000.000,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) informou, em outubro de 2025, que a proposta do projeto já está elaborada e encontra-se na fase de negociação com as instituições parceiras para viabilização da implementação.

**Valor executado:** Não informado.

---

## 1.4. Lançamento de 6 editais de fomento à pesquisa para pesquisadores com deficiência

**Meta:** Fomentar a pesquisa para pesquisadores com deficiência.

**Valor previsto:** R\$ 36.000.000,00

**Situação:** Excluir

**\* Proposta de Revisão:** Foi solicitada a exclusão ou a repactuação da ação com a proposta de alteração para “Fomento à diversidade, à inclusão e às políticas afirmativas na pós-graduação”, com indicador relacionado à concessão de bolsas no âmbito do Edital nº 37/2022, do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Alteridade, com 37 bolsas implementadas, e do Edital nº 17/2023 - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Políticas Afirmativas e Diversidade, com 211 bolsas implementadas.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, responsável pela execução da iniciativa, informou que não dispõe de ação estruturada especificamente para esse público, ou seja, para pesquisadores com deficiência. Os editais inicialmente indicados, Edital nº 37/2022 (PDPG Alteridade na Pós-Graduação) e Edital nº 17/2023 (PDPG Políticas Afirmativas e Diversidade), foram concebidos com foco amplo na promoção da diversidade, da inclusão e das

políticas afirmativas na pós-graduação, contemplando diferentes grupos em situação de vulnerabilidade, não sendo, contudo, direcionados exclusivamente a pesquisadores com deficiência, desta forma, **considera-se não pertinente a alteração da iniciativa e concorda-se com a sua exclusão do Plano.**

**Valor executado:** Não se aplica.

# MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

---

## 1.5. Publicação da Portaria de revisão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD)

**Meta:** Revisar Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Concluída

**Descrição:** Foi publicada a Portaria GM/MS nº 1.526/2023, de 11 de outubro de 2023, que revisou e atualizou a consolidação das normas relativas à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD).

✳ **Proposta de Revisão:** Alterar a redação para “Revisão da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas relativas à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD)”. **Considera-se pertinente a alteração proposta.**

**Valor executado:** Não se aplica.

🔗 **Acesse:** [Página do site do Ministério da Saúde sobre a Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023](#)

---

## 1.6. Consolidação das normas sobre as Redes do Sistema Único de Saúde - Cuidado à Pessoa com Deficiência


**Meta:** Revisar Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Concluída

**Descrição:** Foi publicada a Portaria GM/MS nº 1.526/2023, de 11 de outubro de 2023, consolidando as normas que regulamentam a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência no SUS.

**Valor executado:** Não se aplica.

 **Acesse:** [Página do site do Ministério da Saúde sobre a Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023](#)

---

### 1.7. Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde


**Meta:** Revisar Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Concluída

**Descrição:** Publicada a Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023, que trata da consolidação das normas relacionadas ao financiamento e à transferência de recursos no SUS.

**Valor executado:** Não se aplica.

 **Acesse:** [Página do site do Ministério da Saúde sobre a Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023](#)

---

### 1.8. Elaboração e publicação de 5 novas diretrizes de atenção à saúde da pessoa com deficiência

**Meta:** Elaborar de 5 novas diretrizes de atenção à saúde da pessoa com deficiência.

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** Elaboração iniciada em 2024 de 3 novas diretrizes (Projeto Terapêutico Singular, Saúde Sexual e Reprodutiva e Triagem Ocular Neonatal). O Guia do Projeto Terapêutico Singular - PTS encontra-se na Editora do Ministério da Saúde (MS).

**Valor executado:** Não se aplica.

# MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS)

---

## 1.9. Oferta de 8 turmas EAD com mentoria para formação de profissionais da Média e Alta Complexidade nos Centros-Dia, Residências Inclusivas e serviços similares

**Meta:** Formar profissionais dos Centros Dia e Similares, Residências Inclusivas e demais serviços na modalidade EAD.

**Valor previsto:** R\$ 8.360.000,00

**Situação:** Aguardando início

✳ **Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da iniciativa e da meta pois a construção e oferta de cursos na modalidade a distância conforme havia sido proposto anteriormente, demandaria destinação de recursos os quais atualmente a CGGTEP/DGSUAS não dispõe. Adicionalmente, já há ofertas em EAD no portal Capacita MDS. Redação proposta para a iniciativa: “Fomento à formação dos profissionais dos Centros Dia, Residência Inclusiva e serviços similares”. Meta proposta:

- Ofertar 3 oficinas de desenho instrucional, em Brasília, para equipes estaduais de gestão do trabalho e educação permanente do SUAS para construção de curso presencial ou a distância.
- Realizar 3 lives temáticas com foco nas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) essenciais aos trabalhadores dos Centro Dia e Similares, Residências Inclusivas.

É importante destacar que no ano de 2023 foram lançados pela SNAS os seguintes cursos em sua plataforma virtual: a) O cuidador social no Sistema Único e de Assistência Social (SUAS)-20h; b) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas-40h; c) Jornada On-line Primeira Infância: Gestantes, Crianças com Deficiências e Usos de Telas (JOPI 2) -24h. Os cursos são totalmente autoinstrucionais. As respectivas ementas discutem o trabalho que envolve o cuidado de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência na política de assistência social com conteúdos técnicos e

metodológicos, propiciando a implementação do serviço de forma qualificada.

**Consideram-se pertinentes as alterações propostas.**

**Valor executado:** Não iniciado.

 **Acesse:** [Página do site do MDS com a lista de cursos disponíveis](#)

# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

## 1.10. Criação e divulgação do cadastro negativo de empresas descumpridoras das cotas de emprego para pessoas com deficiência

**Meta:** Criar e publicar o cadastro negativo das empresas descumpridoras de cotas de emprego para pessoas com deficiência.

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Concluída

✳ **Proposta de Revisão:** Foi sugerida a alteração da redação da iniciativa para “Criação de certidão que permite a consulta, em transparência ativa, do cumprimento da cota para pessoas com deficiência de qualquer empresa no Brasil” e da Meta para “Criar certidão de cumprimento da reserva legal de contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social para consulta, em transparência ativa, do cumprimento da cota para pessoas com deficiência de qualquer empresa no Brasil”. **Considera-se pertinente a alteração da iniciativa.**

A Portaria MTE Nº 547, de 11 de abril de 2025, implementou a certidão de cumprimento da reserva legal de contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social. A referida portaria foi posteriormente substituída em sua íntegra pela Portaria Consolidada MTE Nº 1, de 17 de dezembro de 2025 e foi disponibilizado sistema eletrônico para emissão de certidões de cumprimento da reserva legal de contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**Valor executado:** Não se aplica.

🔗 **Acesse:** [Página do site do MTE para emitir e verificar a Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social](#)

# MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC)

---

## 1.11. Decreto - Estrutura de Governança do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - NVSL

**Meta:** Publicar Decreto que instituirá a Estrutura de Governança do Novo Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Novo Viver Sem Limite.

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Concluída

**Descrição:** Publicado o Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite, e prevê a criação da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CIDPD para realizar a gestão, o acompanhamento e o monitoramento das ações do Novo Viver sem Limite.

**Valor executado:** Não se aplica.

 **Acesse:** [Página do Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023](#)

---

## 1.12. Instituição da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD)

**Meta:** Publicar Decreto que estabelece a Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Concluída

**Descrição:** Publicado o Decreto nº 11.794, de 23 de novembro de 2023, que institui a Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD) com a finalidade de coordenar, monitorar, avaliar e articular políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, especialmente no contexto do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A estrutura da CIDPD é composta por:

- **Um Comitê Gestor:** órgão deliberativo, responsável por definir políticas e metas do Plano;

- **Um Grupo Executivo:** órgão técnico de apoio ao Comitê, encarregado de propor, subsidiar e revisar as ações do Plano;
- **Órgãos e entidades executores:** responsáveis por implementar e informar sobre as ações;
- **Câmaras técnicas:** voltadas à articulação federativa, participação social e acompanhamento de temas específicos.

**Valor executado:** Não se aplica.

 **Acesse:** [Página do Decreto nº 11.794, de 23 de novembro de 2023](#)

---

### 1.13. Lançamento do Portal do Observatório de Monitoramento das Ações do Novo Viver sem Limite

**Meta:** Plataforma eletrônica de monitoramento das ações do Plano Novo Viver sem Limite instituída em formato acessível.

**Valor previsto:** R\$ 750.000,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** Portal lançado em 25 de março de 2024 para acompanhamento e transparência das ações do Novo Viver sem Limite.

**Valor executado:** O recurso previsto não foi utilizado porque o observatório foi produzido pela equipe do MDHC, sem investimentos adicionais.

 **Acesse:** <https://novoviversem limite.mdh.gov.br/>

---

### 1.14. Constituição do Fórum Nacional de Gestores de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência

**Meta:** Criação do Fórum Nacional para articular políticas públicas para pessoas com deficiência nos territórios.


**Valor previsto:** R\$ 250.000,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** O Fórum foi oficialmente instituído pela Portaria MDHC nº 1.515, de 26 de novembro de 2024, com encontros inaugurais realizados nos dias 28 e 29 do mesmo mês. O comitê reúne representantes dos governos federal, estaduais e municipais com o objetivo de fortalecer a articulação de políticas públicas voltadas para a inclusão e dignidade das pessoas com deficiência. O evento inaugural

ocorreu em Brasília, no auditório da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e contou com a participação de gestores de todo o país.

**Valor executado:** O recurso previsto não foi utilizado, visto que os custos de deslocamento para a reunião de instauração do Fórum foram supridos pelas unidades federadas e as despesas com acessibilidade já constavam em contratos anteriormente firmados pelo MDHC.

 **Acesse:** [PDF do Diário Oficial sobre a Portaria MDHC nº 1.515, de 26 de novembro de 2024](#)

---

### 1.15. Pactuação e lançamento do novo Viver Sem Limite em todos os Estados e DF


**Meta:** Promover pactuações e lançamentos do Novo Viver Sem Limite nos territórios.

**Valor previsto:** R\$ 1.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Atualmente, dez estados já aderiram ao novo Plano Viver Sem Limite: Piauí, Bahia, Maranhão, Paraíba, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. A iniciativa tem por objetivo garantir direitos e promover políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, por meio de pactuações entre o governo federal e os governos estaduais. Novas pactuações seguem em andamento com os demais entes federados.

**Valor executado:** Até o momento, a ação foi desenvolvida sem utilização do valor previsto.

 **Acesse:** [Notícia — "Pernambuco passa a executar os planos Ruas Visíveis e Novo Viver sem Limite"](#)

---

### 1.16. Instituição do Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência - Sisnedef

**Meta:** Publicar decreto regulamentando o art. 2º da Lei nº 13.146/2015 (LBI) — avaliação biopsicossocial, aprovar seu instrumento e instituir o SISNADEF, garantindo validade nacional e uniformidade de procedimentos.

**Valor previsto:** R\$ 1.400.000,00

**Situação:** Em andamento

**\* Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da iniciativa para “Desenvolvimento de protótipo de sistema informático para a realização da avaliação biopsicossocial” e da meta para “Construir e entregar um protótipo de sistema informático contendo todas as descrições de funcionamento”, porque a redação inicial remetia a uma etapa mais ampla de institucionalização, regulamentação e implementação nacional do sistema, enquanto a ação em curso está voltada ao desenvolvimento de soluções operacionais e preparatórias, inclusive materiais de capacitação sobre o IFBrM e a avaliação biopsicossocial. Em 10 de abril de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.487, instituindo, no âmbito do MDHC, Grupo de Trabalho (GT) sobre Avaliação Biopsicossocial Unificada, que consolidou diretrizes e recomendações por meio de relatório, dentre as quais: ratificação do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) como instrumento oficial de avaliação; formação de equipes multiprofissionais e interdisciplinares (nível superior) para aplicação do IFBrM; e, revisão normativa e alinhamento legislativo às diretrizes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e da LBI. Entretanto, a consolidação de uma ação com escopo de instituição do SISNADEF depende da conclusão dos estudos e entregas previstos em Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre MDHC, MGI, MPO e MF, cujo objeto é justamente subsidiar a futura constituição e efetivação do sistema. Por essa razão, a nova redação representa com mais precisão o estágio atual da iniciativa, que permanece em andamento, sem valor investido, e concentrada em entregas preparatórias para a implementação futura de um sistema nacional de avaliação da deficiência. **Considera-se pertinente a alteração proposta.**

**Valor executado:** O protótipo de sistema informático será desenvolvido pela equipe do MDHC.

---

### 1.17. Pactuação com estados para cumprimento do Protocolo Nacional de atendimento de denúncias de violações de direitos de pessoas com deficiência

**Meta:** Promover a pactuação com estados para cumprimento do Protocolo Nacional de atendimento de denúncias de violações de direitos de pessoas com deficiência.

**Valor previsto:** R\$ 1.000.000,00

**Situação:** Aguardando início

**Descrição:** A ação visa formalizar compromissos com os estados para a implementação do Protocolo Nacional de atendimento a denúncias encaminhadas para a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Para sua execução faz-se

necessário o estabelecimento prévio do Protocolo Nacional, que se encontra em desenvolvimento. A publicação da portaria estabelecendo o Protocolo Nacional é outra iniciativa do Novo Viver sem Limite (item 2.14 deste Relatório), a qual encontra-se em andamento.

**Valor executado:** Não iniciado.

---

#### 1.18. Certificação da Avaliação Biopsicossocial para 1 milhão de pessoas beneficiárias do BPC

**Meta:** Garantir a certificação unificada da deficiência.

**Valor previsto:** R\$ 2.000.000,00

**Situação:** Excluir

✳ **Proposta de Revisão:** Foi solicitada a exclusão da ação. Considera-se pertinente a exclusão proposta.

A ação não terá prosseguimento tal como formulada, porque a avaliação unificada ainda não foi implementada nacionalmente. A Avaliação Biopsicossocial da Deficiência deve ter implementação gradual, por meio de parcerias com outros órgãos, seguindo o modelo aprovado no relatório final do Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Decreto nº 11.487, de 10 de abril de 2023. Como a estratégia de implementação será escalonada, a certificação unificada não poderá ser implementada neste momento. Além disso, atualmente, as pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência (BPC) ou a Aposentadoria da Pessoa com Deficiência, e aquelas que tiveram a deficiência reconhecida na última avaliação conjunta concluída — desde que realizada há no máximo dois anos — mesmo que o BPC tenha sido indeferido ou negado, podem emitir o Certificado da Pessoa com Deficiência pelo Meu INSS para comprovar sua condição em alguns serviços e políticas públicas.

**Valor executado:** Não se aplica.

The background is a solid blue color. It features a decorative pattern of white geometric shapes. At the top, there is a row of semi-circles. Below this, there are various shapes including diamonds, semi-circles, and a four-pointed star. The bottom of the page also features a row of semi-circles and a four-pointed star, mirroring the top section.

**EIXO 2 – ENFRENTAMENTO  
AO CAPACITISMO E À  
VIOLÊNCIA**

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

## 2.1. Formação de 8.250 professores de salas comuns na "Política de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva"

**Meta:** Oferta de formação sobre a Política na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para 100% dos professores de salas comuns, 100% de ingressantes da Universidade Aberta do Brasil - UAB (Formação UAB)

**Valor previsto:** R\$ 56.700.000,00

**Situação:** Concluída

✳ **Proposta de Revisão:** A CAPES sugeriu a alteração da redação da iniciativa para “Formação continuada de professores de salas comuns na Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”, de modo a conferir maior aderência à natureza das ofertas realizadas e aos resultados efetivamente alcançados. Historicamente, no âmbito do Sistema UAB, registram-se resultados consistentes na formação de professores na temática. No nível de pós-graduação lato sensu (especialização), no período de 2007 a 2024, foram registrados 2.464 professores concluintes, distribuídos em 22 cursos ofertados, com taxa média de conclusão de 48,04%, evidenciando a continuidade e capilaridade das ações de formação. No período de 2023 a 2026, no nível de pós-graduação lato sensu (especialização), foram registrados 973 professores concluintes, distribuídos em 10 cursos ofertados, com taxa média de conclusão de 48,55%. Registra-se que todas as ofertas de cursos de licenciatura com previsão de início a partir de agosto de 2025, no âmbito do Edital nº 25/2023, foram canceladas em razão da publicação do Decreto nº 11.907/2024, que institui o novo marco regulatório da Educação a Distância, demandando adequações nos modelos de oferta. A CAPES informou que aguarda a revisão, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, bem como a definição de disponibilidade orçamentária, para lançamento de novo edital de abrangência nacional, estruturado no formato semipresencial, em consonância com o novo marco regulatório. **Considera-se pertinente a alteração da redação.**

**Valor executado:** R\$ 55.580.028,00

---

## 2.2. Capacitação de 100% dos profissionais dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNEs, na Rede dos Institutos Federais

**Meta:** Investir um milhão e quinhentos mil reais para capacitar 100% dos profissionais dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNES, no âmbito da Rede dos Institutos Federais.

**Valor previsto:** R\$ 1.500.000,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** O Projeto Executivo, o Detalhamento dos Eixos de Formação e o Referencial Normativo já foram concluídos e validados. A ação está em fase de desenvolvimento e implementação, que incluem o planejamento pedagógico, e a curadoria e produção de trilhas formativas. Para a execução foi firmado o TED nº 14.135 entre MEC e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

**Valor executado:** R\$ 952.250,00

# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)

## 2.3. Capacitação de 6 mil profissionais de segurança pública na Língua Brasileira de Sinais (Libras)

**Meta:** Capacitar através da plataforma de ambiente virtual de aprendizagem (AVA) da Rede EaD-Senasp, 6 mil alunos até o final do PPA, sendo 1.200 alunos por ano (2024 a 2027) no curso informado.

**Valor previsto:** R\$ 8.800,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais


**Descrição:** O curso de **Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os Profissionais de Segurança Pública (40h/a)**, disponibilizado pela Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública (Rede EaD Senasp), atingiu até o momento mais de 4.500 capacitados no período de 2023 a 2026, conforme demonstrativo que se segue:

LIBRAS PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA (40H/A)	
ANO	CAPACITADOS
2023	3.010
2024	1.259
2025*	0
2026	278
<b>TOTAL</b>	<b>4.547</b>

(\*) O curso foi atualizado em 2025 e lançado em 10 de janeiro de 2026, e permanece com matrículas abertas pela Rede EaD Senasp, atingindo 278 capacitados nos meses de janeiro e fevereiro de 2026.

A capacitação está organizada em quatro módulos, que abordam desde aspectos históricos e legais da Língua Brasileira de Sinais (Libras), até atividades práticas de comunicação em situações reais de atendimento. Entre os conteúdos programáticos estão o alfabeto manual, ampliação de vocabulário, os parâmetros básicos de Libras e a cultura surda e acessibilidade.

**Valor executado:** R\$ 8.800,00

 **Acesse:** [Página do site do Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a Rede EaD Senasp](#)

#### 2.4. Capacitação de 6 mil profissionais de segurança pública na atuação policial frente às pessoas com deficiência psicossocial e outros grupos vulneráveis

**Meta:** Capacitar através da plataforma de ambiente virtual de aprendizagem (AVA) da Rede EaD-Senasp, 6 mil alunos até o final do PPA, sendo 1.200 alunos por ano (2024 a 2027) no curso informado.

**Valor previsto:** R\$ 18.600,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), por meio da Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), verificou a necessidade de criação do curso de Atuação do Profissional do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) frente às pessoas com Deficiência (50h/a), o qual, atualmente, está em fase de elaboração de conteúdo, com previsão de lançamento para o segundo semestre de 2026, pela plataforma da Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública (Rede EaD Senasp). O curso, quando finalizado, estará acessível aos profissionais Susp pela Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública (rede EaD Senasp).

**Valor executado:** Não informado.

# MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

## 2.5. 90 novas Policlínicas equipadas com mesas ginecológicas e mamógrafos acessíveis

**Meta:** 90 novas Policlínicas equipadas com mesas ginecológicas e mamógrafos acessíveis.

**Valor previsto:** R\$ 108.298.170,00

**Situação:** Concluída

✳ **Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da iniciativa para: "Aprovação da destinação de recursos federais para a construção de 90 novas Policlínicas regionais", sendo que as novas policlínicas construídas já contarão com ambientes acessíveis, inclusive a estrutura necessária para a realização de exames de diagnóstico e prevenção, para atendimento de pessoas com deficiência. **Considera-se pertinente a alteração** da redação, sugerindo-se como meta "Publicação da aprovação da destinação de recursos federais para a construção de 90 Policlínicas em território nacional com ambientes acessíveis para o atendimento de pessoas com deficiência". Dessa forma, a ação deixa de ser tratada como uma entrega e passa a configurar uma medida institucional, sem caráter orçamentário. A ação foi concluída com a publicação das Portarias GM/MS Nº 3.257, de 7 de março de 2024 e GM/MS Nº 7.613, de 17 de julho de 2025.

**Valor executado:** Não se aplica.

🔗 **Acesse:** [Página da Portaria GM/MS Nº 3.257, de 7 de março de 2024](#)  
[Página da Portaria GM/MS Nº 7.613, de 17 de julho de 2025](#)

## 2.6. Implantar 250 consultórios ginecológicos nas novas Unidades de Saúde (Tipo 3) com aparelhos acessíveis e equipe capacitada

**Meta:** Implantar 250 Consultórios acessíveis na Atenção Primária à Saúde.

**Valor previsto:** R\$ 5.000.000,00

**Situação:** Excluir

**Descrição:** Não foi possível executar a iniciativa.

✳ **Proposta de Revisão:** O Ministério da Saúde (MS) solicitou a exclusão da meta, devido a limitações orçamentárias e operacionais identificadas. Além disso, a meta foi realocada na entrega dos novos projetos arquitetônicos das Unidades Básicas de Saúde (UBS), que passaram a contemplar ambientes acessíveis e estruturados para a oferta de cuidados ginecológicos às pessoas com deficiência. Dessa forma, não há prejuízo ao escopo da ação proposta inicialmente, uma vez que a oferta do cuidado permanece garantida por meio de abordagem mais estruturante e integrada à rede de atenção à saúde. **Considera-se pertinente o pedido de exclusão da iniciativa.**

**Valor executado:** Não se aplica.

# MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC)

---

## 2.7. Protocolo de Qualificação e Monitoramento de Espaços de Acolhimento às pessoas idosas e com deficiência


**Meta:** Publicar protocolo para qualificação e monitoramento das Instituições de Longa Permanência de Idosos - ILPI.

**Valor previsto:** R\$ 100.000,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** O Protocolo de Prevenção à Tortura e Outros Tratamentos Cruéis em serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas, contemplando também a população com deficiência, foi publicado em outubro de 2024. A ação ocorreu em parceria com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

**Valor executado:** R\$100.000,00

 **Acesse:** [Notícia "MNPCT publica Protocolo de Prevenção à Tortura em Serviços de Acolhimento Institucional para pessoas idosas"](#)

---

## 2.8. Campanha no Disque Direitos Humanos (Disque 100) para denúncias de capacitismo

**Meta:** Estabelecer campanha que popularize o capacitismo como violação de direito das pessoas com deficiência.


**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Concluída

**\* Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da redação da iniciativa para "Campanha em redes sociais de combate ao capacitismo". **Considera-se pertinente a alteração proposta.**

**Descrição:** A campanha nacional **"Estou Aqui: A invisibilidade é o retrato do capacitismo"**, lançada em dezembro de 2024, teve como objetivo combater o capacitismo e dar visibilidade às experiências vividas por pessoas com deficiência,

além de conscientizar e promover denúncias pelo Disque 100. Por meio da escuta ativa e da valorização dessas vivências, a iniciativa promoveu a sensibilização da sociedade, incentivando reflexões e mudanças de comportamento. As principais ações da campanha incluíram: Produção de conteúdos educativos e de sensibilização; Postagens nas redes sociais sobre nomenclatura adequada, tipos de capacitismo e os direitos das pessoas com deficiência; Elaboração de materiais gráficos e digitais; Parcerias com influenciadores digitais e veículos de imprensa para ampliar o alcance da mensagem.

 **Acesse:** [Página no site do MDHC sobre a campanha "Estou Aqui: A invisibilidade é o retrato do capacitismo"](#)

Foram produzidas, ainda, ao longo de 2025, 115 publicações informativas voltadas ao enfrentamento ao capacitismo e à promoção do protagonismo das pessoas com deficiência nas redes sociais institucionais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), alcançando 4.043.660 pessoas no período. Em dezembro de 2025, o MDHC desenvolveu, em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) e diversos ministérios, a campanha “Combata o Capacitismo”.

A iniciativa mobilizou órgãos do Governo Federal e foi veiculada em diferentes canais institucionais e em plataformas digitais.

 **Acesse:** [Página no site do MDHC sobre a campanha "Combata o Capacitismo"](#)

**Valor executado:** Não se aplica.

# ESTOU AQUI

a invisibilidade é o retrato do capacitismo

## CAPACITISMO

Discriminação contra pessoas com alguma deficiência, ligada à crença de que elas não são capazes.

Marinete

Junte-se ao grito de protagonismo "Estou aqui". Desconstrua atitudes capacitistas e promova a inclusão das pessoas com deficiência.

Apoio: **FASHION INCLUSIVO**

Realização: **MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**

**GOVERNO FEDERAL BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**Descrição da imagem:** Cartaz da campanha "ESTOU AQUI - A invisibilidade é o retrato do capacitismo". No lado direito, há a imagem de uma mulher sorridente, de pele escura e cabelos escuros, usando um vestido rosa e um cachecol da mesma cor. Ela segura uma bengala branca. Ao lado dela, há um retângulo desenhado como se fosse uma moldura de foto, com o nome "Marinete" escrito dentro.

---

## 2.9. Formação de 4.500 lideranças para atuação na defesa de direitos humanos das pessoas com deficiência nos territórios, com ênfase em pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+ com deficiência – Programa de Formação de Lideranças com Deficiência

**Meta:** Instituição do Programa e execução de suas etapas.

**Valor previsto:** R\$ 4.500.000,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** O Programa foi lançado no dia 31 de julho de 2025, e encontra-se estruturado a partir de três frentes de ação:

- Programa Formativo da EV.G/ENAP: contempla, atualmente, cinco cursos disponíveis a toda população: “O conceito contemporâneo da deficiência e o modelo biopsicossocial”, “Direitos Humanos: uma declaração universal”, “Diversidade e inclusão no ambiente de trabalho”, “Controle social” e “Desenvolvimento de gestores em políticas para pessoas com deficiência”. Além destes, há um curso inédito em fase de elaboração, com previsão de lançamento para maio de 2026: Formação de lideranças para defesa de direitos das pessoas com deficiência (disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/programa/359>);
- Seminários Regionais de Fortalecimento de Lideranças: ocorrerão no segundo semestre de 2026 em oito estados brasileiros, em todas as regiões do país. Será viabilizado a partir de Termo de Execução Descentralizada estabelecido com o Instituto Federal de Goiás (IFG): encontra-se em fase de contratação da equipe do projeto, por parte da fundação de apoio ao IFG;
- Rede Nacional de Lideranças para Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência: encontra-se em fase de planejamento e de articulação interinstitucional para viabilização da Rede.

**Valor executado:** R\$ 734.350,00

 **Acesse:** [Página sobre o Programa de Formação de Lideranças](#)

---

## 2.10. Instituição do Centro Nacional de Memória da Internação Compulsória

**Meta:** Implantar Centro de Memória da Internação Compulsória.

**Valor previsto:** R\$ 1.000.000,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** A criação do Centro Nacional de Memória da Internação Compulsória está prevista no Plano Viver Sem Limite e visa promover o direito à memória, à verdade e à reparação de pessoas com deficiência que foram submetidas à institucionalização forçada. A iniciativa será realizada por meio do Projeto de Cooperação Técnica “Fortalecimento das ações de reparação a pessoas e comunidades afetadas pela política de internação e isolamento compulsórios de pessoas com hanseníase”, firmado pelo MDHC e pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO em novembro de 2025, com a participação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores – ABC/MRE.

O projeto atuará em dois eixos complementares: Reparação coletiva - metodologias participativas para resgate da memória, preservação de arquivos históricos e ações educativas contra o estigma; e, Não-repetição e sustentabilidade - estratégias de comunicação e iniciativas culturais que consolidem a justiça de transição. A presente iniciativa insere-se no primeiro eixo, integrada no “Resultado 1.1. Bases para o desenvolvimento de um Centro de Memória da Hanseníase e para o tombamento de ex-colônias, definidas e validadas”, com previsão de conclusão até o primeiro semestre de 2027.

**Valor executado:** Não é possível, no momento, delimitar o valor executado especificamente para a ação.

---

## 2.11. Tombamento de cinco ex-colônias de internação compulsória de pessoas com hanseníase

**Meta:** Promover o tombamento, parcial ou integral, de 5 ex-colônias.

**Valor previsto:** R\$ 450.000,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** Com foco na preservação da memória e na reparação histórica, a ação prevê o tombamento de cinco ex-colônias onde ocorreram internações compulsórias de pessoas com hanseníase. A iniciativa será realizada por meio do Projeto de Cooperação Técnica “Fortalecimento das ações de reparação a pessoas e comunidades afetadas pela política de internação e isolamento compulsórios de pessoas com hanseníase”, firmado pelo MDHC e pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO em novembro de 2025, com a participação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores – ABC/MRE.

O projeto atuará em dois eixos complementares: Reparação coletiva - metodologias participativas para resgate da memória, preservação de arquivos

históricos e ações educativas contra o estigma; e, Não-repetição e sustentabilidade - estratégias de comunicação e iniciativas culturais que consolidem a justiça de transição. A presente iniciativa insere-se no primeiro eixo, integrada no “Resultado 1.1. Bases para o desenvolvimento de um Centro de Memória da Hanseníase e para o tombamento de ex-colônias, definidas e validadas”, com previsão de execução até o primeiro semestre de 2027.

**Valor executado:** Não é possível, no momento, delimitar o valor executado especificamente para a ação.

---

## 2.12. Publicação de livros, promoção de exposições física e virtual sobre Direito à Memória, reconhecimento e reparação da escravidão às pessoas negras com deficiência

**Meta:** Reconhecer e reparar a memória das pessoas negras com deficiência.

**Valor previsto:** R\$ 200.000,00

**Situação:** Em andamento

✳ **Proposta de Revisão:** Com vistas à viabilidade de execução a partir do orçamento disponível, foi solicitada a alteração da meta para “Publicação de um livro didático e curricular e uma História em Quadrinhos infantojuvenil, sobre Direito à Memória, reconhecimento e reparação da escravidão às pessoas negras com deficiência”.

O Edital de Chamamento Nº 01/2025/ADMV/MDHC foi publicado em 09/09/2025, e o resultado divulgado em 14/11/2025. Foi selecionada a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (Fapto) para realização do objeto “elaborar uma História em Quadrinhos (HQ) infantojuvenil com heróis e heroínas com deficiência inspirados em comunidades quilombolas do Tocantins, produzir um livro didático e curricular sobre as experiências de vida de pessoas negras com deficiência e ofertar um curso gratuito de acessibilidade literária, promovendo educação inclusiva, antirracista e anticapacitista por meio da arte, literatura e formação cultural”. O Termo de Fomento foi assinado em 31/12/2025 e repassado o valor de R\$200.000,00. **Considera-se pertinente a alteração proposta.**

**Valor executado:** R\$200.000,00

---

### 2.13. Formação de 15.000 Conselheiros Tutelares na temática da promoção de direitos da criança e do adolescente com deficiência

**Meta:** 15.000 conselheiros capacitados em três anos.

**Valor previsto:** R\$ 120.000,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** Encontram-se em fase de desenvolvimento dois cursos para fortalecer a formação continuada de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) com enfoque nos Conselheiros Tutelares, contribuindo para a promoção de práticas inclusivas, o enfrentamento ao capacitismo e a consolidação de ambientes mais acessíveis e equitativos, a serem lançados no 1º trimestre de 2026, na Plataforma ENDICA:

- Curso MOOC: Introdução ao Enfrentamento ao Capacitismo nas Infâncias e Adolescências (45h). Valor investido - R\$ 99.108,00; e,
- Curso de Extensão: Infâncias Sem Barreiras: Combate ao Capacitismo e Construção de Ambientes Inclusivos (60h). Valor investido - R\$ 68.308,00.

Adicionalmente, informa-se que o material pedagógico referente às ações formativas se encontra atualmente em processo de análise pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, etapa que compreende a avaliação técnica dos conteúdos e da metodologia proposta. Após a consolidação das contribuições apresentadas pela equipe, o referido material será encaminhado à coordenação pedagógica responsável, com vistas ao aprimoramento e posterior disponibilização do curso. Destaca-se a relevância estratégica da ação para o fortalecimento das capacidades institucionais dos Conselhos Tutelares, especialmente no que se refere à qualificação do atendimento e à adequada atuação frente às demandas envolvendo crianças e adolescentes com deficiência.

**Valor executado:** R\$ 167.416,00

---

### 2.14. Protocolo de atendimento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos de pessoas com deficiência

**Meta:** Publicar portaria de protocolo de atendimento às pessoas com deficiência com direitos violados.

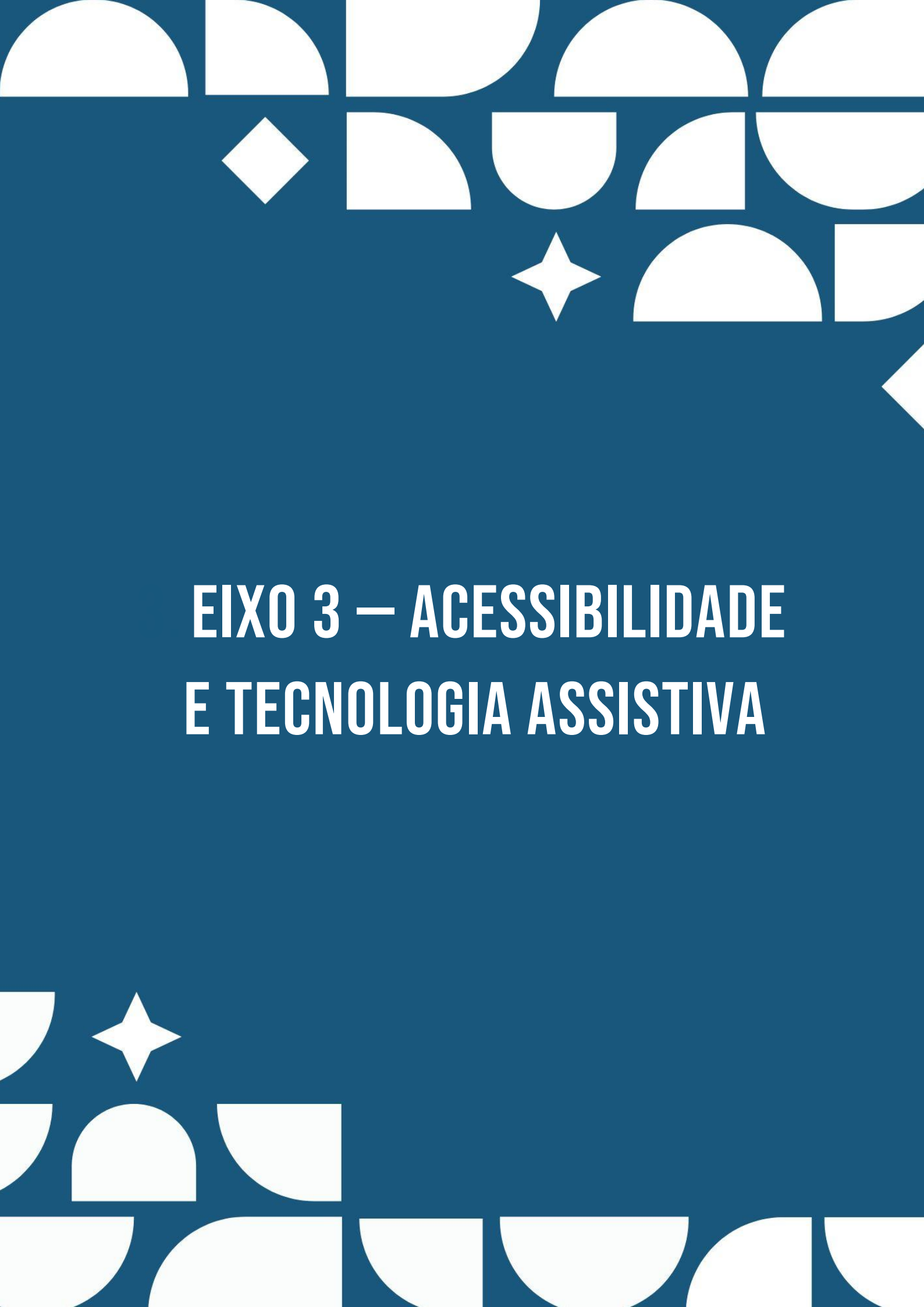
**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** A elaboração de Protocolo Nacional para atendimento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos das pessoas com deficiência tem o objetivo de padronizar e qualificar o atendimento às denúncias, garantindo respostas ágeis e coordenadas. Está em elaboração inicial um formulário específico para o recebimento de denúncias relativas a violações de direitos de pessoas com deficiência, como estratégia para qualificar e padronizar o atendimento voltado a esse grupo vulnerável.

A elaboração do protocolo encontra-se na etapa de análise e sugestões, a fim de aperfeiçoar as ações e fluxos relacionados ao atendimento e encaminhamento das demandas de pessoas com deficiência no âmbito do Disque 100.

**Valor executado:** Não se aplica.

The background is a solid dark blue color. It is decorated with a pattern of white geometric shapes. At the top, there is a row of semi-circles. Below this, there are several white shapes including a diamond, a semi-circle, a U-shaped semi-circle, a quarter-circle, and another semi-circle. In the center, there is a four-pointed star. At the bottom, there is another row of semi-circles, with a four-pointed star positioned above one of them. The overall design is clean and modern.

# **EIXO 3 – ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA ASSISTIVA**

# AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE)

---

## 3.1. Financiamento de novas Tecnologias, Inovação e Acessibilidade na linha do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)

**Meta:** Disponibilização de R\$ 150 milhões para a Linha do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), para o financiamento de novas Tecnologias, Inovação e Acessibilidade.

**Valor previsto:** R\$ 150.000.000,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** A ação visa garantir o apoio financeiro a projetos de infraestrutura e de desenvolvimento voltados a tecnologias assistivas, inovação e inclusão no audiovisual, conforme estabelecido pelas Resoluções do Comitê Gestor do FSA nº 254/2023, nº 265/2024 e nº 277/2025. Foram disponibilizados em 2025 recursos adicionais (R\$ 266.000.000,00) por meio da Resolução do Comitê Gestor do FSA/ANCINE n.º 277/2025, para as seguintes modalidades financeiras de crédito: Projetos de Infraestrutura; Projetos de Inovação e Acessibilidade; Projetos de Conteúdo e Comercialização.

Até fevereiro de 2026, foram apresentados, ao todo, 5 (cinco) projetos com foco especificamente em recursos de acessibilidade: 3 (três) projetos já foram contratados, com valores de R\$ 2.259.720,00, R\$ 1.000.000,00 e R\$ 9.990.000,00; um projeto está em processo de contratação, com valor de R\$ 8.232.694,33; outro projeto, com valor de R\$ 2.970.000,00 está em análise.

A execução foi mensurada pelo indicador “Recursos do Fundo disponibilizados”.

**Valor executado:** R\$ 21.482.414,33

---

## 3.2. 3.055 obras financiadas com recursos de acessibilidade comunicacional

**Meta:** 100% das obras produzidas na vigência do normativo.

**Valor previsto:** Não se aplica. Os custos de produção específicos de acessibilidade correspondem a uma pequena parcela do orçamento total de

produção de cada obra audiovisual, não existe uma parte do orçamento da União usada exclusivamente para tornar as obras audiovisuais fomentadas acessíveis.

**Situação:** Concluída

**Descrição:** A iniciativa visa promover o acesso de pessoas com deficiência às produções audiovisuais brasileiras, garantindo o cumprimento das normas de acessibilidade no setor, conforme dispostas na Instrução Normativa da ANCINE nº 116, de 18 de dezembro de 2014, e Chamadas Públicas do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) de investimento na produção de obras audiovisuais a partir de dezembro de 2013.

A ANCINE periodicamente extrai de seus sistemas próprios o relatório atualizado de Certificados de Produto Brasileiro (CPBs) liberados e verifica quais dessas obras utilizaram fomento federal entre as fontes de financiamento em seus processos de produção. Uma vez identificadas as obras concluídas, com utilização de fomento federal gerido pela Ancine ou a partir do FSA, são verificadas quais dessas obras têm a obrigação de dispor de acessibilidade visual e auditiva, em função das normas de fomento aplicáveis a cada caso.

O monitoramento de obras efetivamente concluídas realizado pela Ancine indica que entre 01/01/2023 e 31/12/2025 foram emitidos Certificados de Produto Brasileiro (CPBs) de 1.400 obras audiovisuais com obrigação de acessibilidade, sendo 408 em 2023, 553 em 2024 e 439 em 2025. Considerando-se a meta de “100% das obras produzidas na vigência do normativo”, há que se somar, às 1.400 obras concluídas de 2023 a 2025, as 1.974 obras concluídas anteriormente, de 2015 a 2022, com CPB liberado e obrigação de dispor de acessibilidade. Assim, o total de obras audiovisuais concluídas na vigência do normativo com obrigação de acessibilidade alcançou 3.374 obras em 31 de dezembro de 2025, superando a meta prevista de 3055 obras financiadas com recursos de acessibilidade comunicacional.

**Valor executado:** Não se aplica.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI)

---

### 3.3. Implantação de 28 Laboratórios no Âmbito da SisAssistiva – Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Certificação de Tecnologia Assistiva

**Meta:** Implantar a Rede Nacional de Laboratórios de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Certificação de Tecnologia Assistiva.

**Valor previsto:** R\$ 72.000.000,00 (via Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT / Financiadora de Estudos e Projetos- Finep).

**Situação:** Concluída

**Descrição:** A iniciativa contemplou a criação de 27 laboratórios voltados ao desenvolvimento de tecnologias assistivas e um Laboratório Integrador. As atividades foram oficialmente iniciadas durante o Seminário Marco Zero, realizado entre os dias 10 e 11 de julho de 2024.

**Valor executado:** R\$ 73.400.000,00

---

### 3.4. Implantação de 27 Centros de Acesso, Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva (CAPTA)

**Meta:** Centros Estaduais de Acesso, Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva implantados.

**Valor previsto:** R\$ 20.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**\* Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da iniciativa para “Institucionalizar o serviço Centro de Acesso, Pesquisa e Inovação em Tecnologia Assistiva – CAPTA”, e a meta para “Implementar a rede prestadora do CAPTA, mediante implantação de 5 unidades de atendimento à população (1 por região), em parceria com Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), outros entes federativos e/ou Organizações da Sociedade Civil (OSC)”. Inicialmente, estava prevista a implementação de 27 unidades em todo o país, com

financiamento estimado em R\$ 50 milhões, a partir de emenda parlamentar. Contudo, esse recurso não foi consolidado no orçamento, comprometendo a viabilidade do quantitativo originalmente estabelecido. A execução da iniciativa passou a depender exclusivamente dos recursos discricionários do MCTI, os quais foram significativamente afetados por contingenciamentos orçamentários. Nesse cenário, o MCTI vem adotando estratégia de implementação gradual, com recursos próprios e por meio de parcerias institucionais. **Considera-se pertinente a alteração proposta.**

Encontra-se em andamento a implantação dos Centros de Acesso, Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva (CAPTA), com o primeiro CAPTA implantado em 2024 e inaugurado em março de 2026, em parceria firmada com o Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, com recursos da Ação Orçamentária 20UP, no valor inicial de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED). Também está em andamento a implantação o segundo CAPTA, em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus Ceilândia, para o qual já foram disponibilizados R\$ 1.000.000,00.

**Valor executado:** R\$ 2.000.000,00



**Descrição:** um homem de meia-idade está sentado em frente a um computador. Ele tem cabelos curtos e grisalhos e está usando uma camiseta verde. Seu braço direito é uma prótese robótica, que está conectada a vários fios. A prótese foi desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que recebeu recursos do MCTI, como parte do Novo Viver sem Limite. Ele está interagindo com o computador. A cena parece focada em tecnologia assistiva ou pesquisa em robótica.

### 3.5. Implantação da Central Nacional de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Conecte Libras Brasil)

**Meta:** Instituir a Central Nacional de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo – IFES.

**Valor previsto:** R\$ 100.000.000,00

**Situação:** Em andamento

\* **Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da iniciativa para “Implementação do Sistema Nacional de Comunicação em Libras - SIS-Libras”, com a meta de “Desenvolver um ecossistema de informação voltado à implementação de uma rede colaborativa multidisciplinar composta por pesquisadores, desenvolvedores, educadores, tradutores, intérpretes e usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Ibict”. Valor previsto: R\$ 20.000.000,00.

**Considera-se pertinente a alteração proposta.**

**Valor executado:** Não informado.

# MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC)

---

## 3.6. Implantação de 11 novos Pontos com a temática de Acessibilidade Cultural e Equidade

**Meta:** Ampliar em 10% a Rede de Pontos de Cultura que atuam com a temática acessibilidade cultural.

**Valor previsto:** R\$ 1.100.000,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** A meta foi executada com base nas ações do Pontão de Cultura e indução a estados e municípios, que receberam recursos da Política Nacional Aldir Blanc para fomentar pontos com essa temática.

Foram implantados 11 novos Pontos de Cultura que atuam com a temática de Acessibilidade Cultural e Equidade.

**Valor executado:** R\$ 800.000,00

 **Mais informações:** [Mapa dos Pontos e Pontões de Cultura](#)

---

## 3.7. 100% de acessibilidade comunicacional nas sessões comerciais das salas de cinema

**Meta:** 100% de Acessibilidade nas salas de exibição.

**Valor previsto:** Não se aplica. Não foram utilizados recursos públicos, uma vez que os custos de implementação da acessibilidade comunicacional nas sessões comerciais de cinema foram arcados pelos agentes privados atuantes neste mercado, especificamente distribuidores e exibidores.

**Situação:** Concluída

**Descrição:** A ANCINE monitora e fiscaliza a obrigação de acessibilidade comunicacional nas sessões comerciais de salas de cinema, constatando a plena implementação da Instrução Normativa da ANCINE nº 165, de 29 de setembro de 2022, a partir do início da vigência da obrigação em 2023. Existem diferentes formas de ofertar a acessibilidade para os filmes exibidos em sessões comerciais de salas comerciais de cinema, como a disponibilização de legenda descritiva, audiodescrição e janela de Libras de forma aberta para todos os espectadores

presentes na sala ou a disponibilização da acessibilidade na modalidade fechada individual, por meio de equipamentos emprestados pelo exibidor ao espectador ou por meio da entrega da acessibilidade diretamente no celular do próprio espectador, a partir de aplicativo específico baixado gratuitamente.

Conforme o item 14 do Plano Anual de Fiscalização (PAF ANCINE 2025), a ANCINE procede ao “Monitoramento e fiscalização do cumprimento da obrigação de oferta de recursos de acessibilidade em salas de cinema”, de forma a “verificar o cumprimento, por distribuidores e exibidores, da oferta de recursos de acessibilidade em salas de cinema”, em atendimento ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2025) e às Instruções Normativas da ANCINE nº 165/2022 e nº 116/2014. Em suas ações de monitoramento, a ANCINE constata que a tecnologia assistiva que vem sendo majoritariamente utilizada nas salas comerciais de cinema é a oferta de acessibilidade por meio de aplicativos instalados diretamente, e sem custo, no celular dos espectadores. Essa tecnologia não requer nenhum tipo de adaptação das salas de cinema. A ação, portanto, está concluída desde 2023.

**\* Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração do responsável pela execução da ação, do Ministério da Cultura para a ANCINE, com a concordância de ambos.  
**Considera-se pertinente a alteração proposta.**

**Valor executado:** Não se aplica.

 **Acesse:** [PDF do PAF ANCINE 2025](#)

---

### 3.8. Realização de 10 edições do Curso de Qualificação em Acessibilidade Cultural de Base Comunitária

**Meta:** Qualificar 500 Agentes Cultura Viva, Pessoas com Deficiência e Pontos de Cultura e usuários dos Pontos de Cultura.


**Valor previsto:** R\$ 11.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Os recursos para esta formação são oriundos do edital de seleção para Pontões de Cultura, via Política Nacional Aldir Blanc - PNAB, que premia cada Pontão com R\$ 800.000,00 para diversas atividades.

Em 2025, foram feitos 6 cursos pelo Pontão de Cultura Albertina Brasil – Acessibilidade e Equidade.

**Valor executado:** Não é possível definir os gastos com este curso, visto que foi previsto na premiação do edital Aldir Blanc - PNAB.

 **Acesse:** [Página de resultados de busca pelos termos “AGENTES CULTURA VIVA” no site do Pontão de Cultura Albertina Brasil](#)

---

### 3.9. 5 Pontões de Cultura no país com a temática de acessibilidade

**Meta:** Implantação de 5 Pontões temáticos de acessibilidade cultural.

**Valor previsto:** R\$ 4.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Em 2024 foi certificado o Pontão Temático- Acessibilidade e Equidade "Federação Nacional de Arte Albertina Brasil de Sergipe / Aracajú - Projeto de Artes sem Barreiras".

**Valor executado:** R\$ 800.000,00

 **Acesse:** [Página "Sobre nós" no site Pontão de Cultura Albertina Brasil](#)

---

### 3.10. 3 Encontros Nacionais de Acessibilidade Cultural – ENAC

**Meta:** Realizar 03 edições do Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural - ENAC (10ª, 11ª e 12ª edição.)

**Valor previsto:** R\$ 1.800.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** O 10º ENAC foi realizado em fevereiro de 2024. A meta segue em andamento com entregas parciais.

**Valor executado:** R\$ 200.000,00



**Descrição da imagem:** A imagem mostra um grupo grande de pessoas posando para a câmera em um ambiente interno. As pessoas estão sentadas em cadeiras dispostas em fileiras e parecem estar em um auditório com janelas grandes e arqueadas ao fundo. Algumas pessoas estão sorrindo e sinalizando com as mãos. No canto inferior, ao centro da imagem, há uma mesa com um objeto quadrado escrito 10º ENAC.

### 3.11. 120 cursos de extensão para 4.000 pessoas com temas e técnicas de tecnologia assistiva na cultura

**Meta:** 4.000 pessoas qualificadas em 120 cursos de extensão online com diferentes temas e técnicas de tecnologia assistiva no âmbito da Cultura.

**Valor previsto:** R\$ 300.000,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** A execução será feita por meio de parceria com universidades e articulação com as Pró-reitorias de Extensão. Estuda-se a realização conjunta com os Pontos de Cultura. A iniciativa está em processo de pactuação e elaboração de um Termo de Execução Descentralizada com a UFRJ.

**Valor executado:** Não informado.

---

### 3.12. Lançamento nacional do app VEM CA – Plataforma de Cultura, Conteúdo e Conhecimento Acessíveis

**Meta:** Tornar o app VEM CA um instrumento de política de Estado para que pessoas com e sem deficiência possam conviver e interagir virtualmente e se desenvolverem juntas no âmbito das políticas culturais.

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** O aplicativo Vem Ca é uma plataforma nacional de Cultura, Conteúdo e Conhecimento Acessível. Nele, é possível pesquisar, por exemplo, onde há espetáculos de teatro com intérpretes de Libras ou em quais exposições uma pessoa em cadeira de rodas pode circular com autonomia em todo o Brasil. Avalia-se atualmente a garantia de atualização contínua da plataforma. O projeto deve incluir catálogo de tecnologias acessíveis.

 **Acesse:** [Notícia — "Aplicativo de acessibilidade Vem Ca é inserido no Plano Viver Sem Limite"](#)

**Valor executado:** Não se aplica.

---

### 3.13. Formação de 500 especialistas em Acessibilidade Cultural (lato sensu)

**Meta:** Realizar 02 Edições de Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural.

**Valor previsto:** R\$ 2.000.000,00

**Situação:** Em andamento

**\* Proposta de Revisão:** “Formação de 500 profissionais em Acessibilidade Cultural – EAD”. O MinC informou que a Escult (Escola Solano Trindade de Cultura e Economia Criativa) qualifica indivíduos para promoverem a inclusão e garantir a devida acessibilidade aos ambientes, produtos e serviços para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, por meio do Curso de Acessibilidade Cultural, e considerando que a parceria inicialmente prevista com a UFRJ não se concretizou, optou-se por desenvolver esta atividade, em parceria com a referida escola. Com 160 horas, a formação é gratuita e totalmente on-line pela plataforma [escult.cultura.gov.br](http://escult.cultura.gov.br). Ofertado pela Escola Solano Trindade de Cultura e Economia Criativa (Escult), a iniciativa é do Ministério da Cultura em parceria com o Instituto Federal de Goiás (IFG). **Considera-se pertinente a revisão proposta.**

**Valor executado:** Não informado

---

### 3.14. 27 cursos presenciais de qualificação em Acessibilidade Cultural

**Meta:** 1.350 pessoas qualificadas.

**Valor previsto:** R\$ 2.000.000,00

**Situação:** Aguardando início

**Descrição:** A execução da meta depende do estabelecimento de parcerias, que ainda serão pactuadas.

**Valor executado:** Não iniciado.

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

## 3.15. 1.500 ônibus do transporte escolar acessíveis

**Meta:** Entregar 1.500 veículos acessíveis (pequeno, médio e grande porte)

**Valor previsto:** R\$ 750.000.000,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** A ação é executada pelo Ministério da Educação, com apoio operacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, e integra o conjunto de iniciativas voltadas à promoção da acessibilidade no transporte escolar e é executada no âmbito do Programa Caminho da Escola por meio de pactuações formalizadas via Plano de Ações Articuladas – PAR e, de forma complementar, por contratações centralizadas conduzidas pelo FNDE. Nesse contexto, além da 1ª etapa do Novo PAC — que contemplou a pactuação de 1.500 ônibus escolares acessíveis —, o FNDE deu continuidade à política pública com a implementação do Novo PAC 2025 (2ª etapa), na qual o atendimento passou a ocorrer por meio de contratação direta centralizada, com aquisição dos veículos pela Autarquia e posterior doação aos entes federados beneficiários, sem transferência direta de recursos financeiros, o que confere maior celeridade e padronização ao processo de renovação da frota.

Os modelos de veículos escolares padronizados no âmbito do Programa Caminho da Escola são concebidos com requisitos de acessibilidade, em conformidade com as diretrizes de inclusão e de garantia de acesso à educação. Nesse sentido, os ônibus escolares disponibilizados pelo FNDE são equipados com dispositivos que asseguram o atendimento adequado a estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, tais como rampa de acesso, Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM) e plataforma elevatória, a depender da tipologia do veículo.

1. Quantidade de ônibus escolares acessíveis entregues por ano:

2024: 897

2025: 497

2026: 8 (PAC 1ª etapa) e 108 (PAC 2ª etapa)

Adicionalmente, no âmbito da 1ª etapa do Novo PAC, permanecem 51 unidades já contratadas, atualmente em processo de produção pelas empresas fornecedoras, com previsão de entrega ao longo do exercício de 2026.

## 2. Valores empenhados por exercício:

2024: R\$ 690.416.696,59 (PAC 1ª etapa)

2025: R\$ 335.134.334,53 (PAC 2ª etapa – contratação direta pelo FNDE)

2026: não há, até o momento, registros de empenho

Nesse cenário, foram entregues, até o momento, 1.402 veículos no âmbito da 1ª etapa e 108 na 2ª etapa, restando parte das entregas a serem concluídas ao longo de 2026.

**Valor executado:** R\$ 1.025.551.031,12

 **Acesse:** [Página no site do FNDE sobre o programa Caminho da Escola](#)



**Descrição da imagem:** A imagem mostra uma fila de ônibus escolares amarelos estacionados na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em um campo de grama seca. Cada ônibus tem a palavra "ESCOLAR" escrita em preto na lateral e o símbolo da acessibilidade. Ao fundo, é possível ver algumas árvores e um edifício branco contra um céu azul claro.

---

### 3.16. Atendimento de 38 mil escolas com salas de recursos multifuncionais adquiridas com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE

**Meta:** Ampliação de 38 mil para 76 mil escolas que receberam PDDE-SRM.

**Valor previsto:** R\$ 770.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Em 2023, foram pagos R\$ 237.294.000,00 para aquisição de materiais pedagógicos, equipamentos multifuncionais e tecnologias assistivas voltados à realização do Atendimento Educacional Especializado, prioritariamente nas Salas de Recursos Multifuncionais, beneficiando 11.430 escolas.

Em 2024 o montante investido foi de R\$ R\$ 201.709.000,00 para 9.893 unidades escolares. No ano de 2025 foram empenhados R\$200.140.000,00 destinados ao pagamento de 6.664 escolas. Somente após a efetivação da descentralização será possível identificar o número de escolas efetivamente contempladas.

O valor total investido no período de 2023 a 2025 é de R\$654.440.000,00 descentralizados para 27.987 escolas em todas as regiões do território nacional. Ressalta-se que foi dado um aumento de 50% no valor básico de repasse para o Programa Equidade – Sala de Recursos Multifuncionais que passou de R\$20.000,00 para R\$30.000,00.

**Valor executado:** R\$654.440.000,00

 **Acesse:** [Página do Programa Sala de Recursos](#)

---

### 3.17. 72 mil exemplares em Braille para o atendimento de 12 mil alunos cegos ou com deficiência visual no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD

**Meta:** Atender a 12 mil alunos com 72 mil exemplares em Braille.

**Valor previsto:** R\$ 80.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Em 2023, foram distribuídos 16.566 exemplares, contemplando 1.716 alunos. Em 2024, foram 7.713 exemplares a 934 alunos. Em 2025, foram 10.689 exemplares, distribuídos a 1.716 alunos e, em 2026, estima-se a distribuição de 22.373 exemplares a 2.969 alunos.

**Valor executado:** Não especificado.

 **Acesse:** [Página no site do FNDE sobre o Programas do Livro](#)

---

### 3.18. Retomada da Rede Incluir para ações de acessibilidade nas Universidades Federais

**Meta:** Retomada da Rede Incluir com recursos financeiros para o atendimento de demandas de acessibilidade no âmbito das universidades federais.

**Valor previsto:** R\$ 45.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** A SESu esclarece que o Programa Incluir está vinculado ao Plano Orçamentário da Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior. A Ação 20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior também pode contemplar sua execução. Os dados físicos e quantitativos são contabilizados pelas IFES, por serem as responsáveis pela implementação das iniciativas no âmbito da Rede Incluir.

**Valor executado:** R\$ 37.262.899,00

---

### 3.19. Livros digitais para 20 mil alunos cegos ou com deficiência visual no âmbito do PNLD

**Meta:** Atender a 20 mil alunos com livros digitais EPUB.

**Valor previsto:** R\$ 30.000.000,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** Desde 2023, o FNDE e o MEC trabalharam no lançamento do PNLD Digital - Leitor Interativo do Livro Digital do PNLD. Até o final de 2026, está prevista a disponibilização de todos os livros digitais adquiridos desde 2023 para todos os alunos das redes públicas de educação básica, com adesão ao programa. Projeta-se o atendimento de 5.000 estudantes cegos ou com deficiência visual para acesso ao livro digital em 2026, com a disponibilização de 50.000 livros considerando a média de componentes de cada etapa. Cabe ressaltar que se trata de quantidade estimada de atendimento considerando todas as etapas da educação básica atendidas pelo PNLD, anualmente. Com isso, espera-se atingir a meta de 100.000 exemplares para 20.000 alunos em 2027.

**Valor executado:** Não especificado.

 **Acesse:** [Página no site do FNDE sobre o Programas do Livro](#)

---

### 3.20. Fornecimento de dispositivos e equipamentos de tecnologia assistiva para o atendimento de 95 mil crianças com deficiência

**Meta:** Distribuição de tecnologia assistiva para 95 mil crianças com deficiência na educação infantil.

**Valor previsto:** R\$ 190.000.000,00.

**Situação:** Excluir

\* **Proposta de Revisão:** A SECADI informou que a iniciativa é inexequível e solicitou sua exclusão do Plano visto que tal iniciativa seria derivada de uma potencial incidência com MCTI que não avançou. **Considera-se pertinente a exclusão proposta.**

**Valor executado:** Não se aplica.

# MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS (MPOR)

## 3.21. Elaboração e publicação do Guia de Acessibilidade na Aviação Civil

**Meta:** Publicação de Guia que contribua e oriente boas práticas de acessibilidade no contexto dos serviços aeroportuários.

**Valor previsto:** Não especificado.

**Situação:** Concluída

**Descrição:** A iniciativa foi concluída com êxito, resultando na elaboração e publicação do Guia de Acessibilidade na Aviação Civil. O projeto foi executado no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 03/2018, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Os recursos foram alocados na ação orçamentária “Gestão da Aviação Civil – Estudos e Projetos para a Gestão e o Desenvolvimento da Aviação Civil”. Entre os desafios enfrentados, destaca-se a necessidade de sensibilizar e engajar os atores do setor para aplicação prática das diretrizes, incluindo a capacitação de operadores/as aéreas e aeroportuários. A publicação do Manual de Acessibilidade, encontra-se disponível na plataforma Aviação Acessível (<https://aviacaoacessivel.com>), nos seguintes endereços:

**a) Versão Digital:** <https://aviacaoacessivel.com/manual-de-acessibilidade/>

**b) Documento em Português:**

[https://aviacaoacessivel.com/wpcontent/uploads/2025/03/manual\\_acessibilidade\\_portugues.pdf](https://aviacaoacessivel.com/wpcontent/uploads/2025/03/manual_acessibilidade_portugues.pdf)

**c) Documento em Inglês:**

[https://aviacaoacessivel.com/wpcontent/uploads/2025/03/manual\\_acessibilidade\\_ingles.pdf](https://aviacaoacessivel.com/wpcontent/uploads/2025/03/manual_acessibilidade_ingles.pdf)

**Valor executado:** R\$560.358,32

# MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC)

---

## 3.22. Diagnóstico da conformidade de acessibilidade arquitetônica e comunicacional nas unidades do Sistema Nacional Socioeducativo

**Meta:** Realização de diagnóstico que afira as condições de acessibilidade das unidades do Sistema Nacional Socioeducativo.

**Valor previsto:** R\$ 1.000.000,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** O levantamento nacional nas unidades do Sistema Nacional Socioeducativo - SINASE foi concluído em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), integrando dados sobre acessibilidade em todas as unidades do sistema. Apenas 29,8% das unidades socioeducativas afirmaram ter acessibilidade arquitetônica e 39,0% afirmaram ter acessibilidade comunicacional, segundo o documento.

**Valor executado:** R\$1.000.000,00

 Acesse o levantamento na íntegra: [PDF do Levantamento Nacional do SINASE 2024](#)

The background is a solid dark blue color. It is decorated with a pattern of white geometric shapes. At the top, there is a row of semi-circles. Below this, there are various shapes including diamonds, semi-circles, and a four-pointed star. The bottom of the page also features a row of semi-circles and a four-pointed star, mirroring the top section.

# EIXO 4 – PROMOÇÃO DE DIREITOS

# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

## 4.1. Educação Bilíngue – Investimentos com pessoal e ações no Instituto Nacional de Surdos (INES)

**Meta:** Investimentos aplicados em educação bilíngue no âmbito do Instituto Nacional de Surdos (INES).

**Valor previsto:** R\$ 154.846.414,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** O orçamento total do INES, no período de 2023 a 2025, foi de R\$ 316.351.000,16. Já para a Ação 21CO – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial, no mesmo período, a dotação orçamentária foi de R\$ 74.961.146,00. Registra-se que a classificação orçamentária atualmente adotada pelo INES não contempla marcador, ação ou plano orçamentário específico que identifique ou segregue, de forma direta, as despesas vinculadas exclusivamente à política de Educação Bilíngue. Dessa forma, não é possível, no nível setorial de planejamento e orçamento, proceder à desagregação dos valores executados com o objetivo de mensurar, de maneira precisa, a evolução dos investimentos especificamente destinados a essa política, tampouco calcular percentuais de crescimento anual ou comparações diretas com períodos anteriores ao Plano.

**Valor executado:** Não especificado.

## 4.2. Suporte financeiro adicional a escolas para atendimento a estudantes com deficiência no Programa Dinheiro Direto na Escola Básico – PDDE

**Meta:** Disponibilizar R\$55 milhões para atender estudantes com deficiência no Programa Dinheiro Direto na Escola Básico - PDDE, como valor incremental de até 5x o valor referente ao aluno do PDDE. Incrementar 5x a mais o PDDE como suporte ao estudante com deficiência.

**Valor previsto:** R\$ 55.000.000,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** Foi considerado nessa iniciativa o atendimento ao público da educação especial por meio das seguintes frentes: PDDE Básico e PDDE Educação Especial. Quanto ao PDDE Básico, foram consideradas as escolas públicas da

educação básica de inclusão que atendam, entre outros, os alunos da educação especial. Pelo PDDE Educação Especial foram consideradas as escolas conveniadas de educação especial. Em ambos, os recursos repassados pelo FNDE a essas unidades escolares são compostos por um valor fixo, acrescido de um valor variável por matrícula. Valores repassados:

**PDDE Básico:**

2023 – 2.360 escolas atendidas e R\$ 25.477.160,00 repassados

2024 – 1.553 escolas atendidas e R\$ 18.128.120,00 repassados

2025 – 1.420 escolas passíveis de atendimento e R\$ 18.165.720,00 estimados de repasse

Total: R\$ 61.771.000

**PDDE Especial:**

2023 = 1.709 escolas atendidas e R\$ 7.401.495,00 repassados

2024 = 1.124 escolas atendidas e R\$ 8.045.850,00 repassados

2025 = 2.724 entidades passíveis de atendimento e R\$ 15.373.780,00 estimados de repasse

Total: R\$ 30.821.125,00

Ressalta-se que a iniciativa foi incrementada em até 5x o valor referente ao aluno do PDDE.

**Valor executado:** R\$ 92.592.125

---

#### 4.3. 10% de provimento das vagas para pessoas com deficiência no Concurso Nacional da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)

**Meta:** Atingir 10% de provimento das vagas em concurso com pessoas com deficiência.

**Valor previsto:** R\$ 730.000,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** Garantia de 10% das vagas para pessoas com deficiência. No concurso público com edital divulgado em dezembro de 2024, a Ebserh garantiu 70 vagas (10% do total de 695 vagas) voltadas para as pessoas com deficiência.

**Valor executado:** Não informado.

 Acesse: [Notícia — "Rede Ebserh oferece 695 vagas em todo o país"](#)

---

#### 4.4. Promoção de 80 cursos de produção de materiais acessíveis no âmbito da Plataforma Aprenda Mais

**Meta:** Expansão de portfólio de materiais acessíveis - 5 cursos adaptados por mês até dez/2024.

**Valor previsto:** R\$ 1.200.000,00

**Situação:** Concluída

**\* Proposta de Revisão:** Solicitada a alteração da descrição da iniciativa para: “Cursos de produção de materiais acessíveis no âmbito da Plataforma Aprenda Mais”. Todos os cursos e conteúdos atualmente disponíveis na “Plataforma Aprenda Mais” são acessíveis e há um tempo de produção de materiais de novos cursos de maneira que todos sejam igualmente acessíveis. Isso significa que cada material foi adaptado, legendado, transcrito e/ou interpretado em libras, permitindo acessibilidade aos mais diversos públicos e garantindo que usuários com diferentes especificidades possam usufruir plenamente dos recursos educacionais. Assim, os cursos aprovados via edital passam por uma equipe especializada que efetua uma avaliação pedagógica da proposta e a adaptação do material, antes que seja disponibilizado na plataforma. O processo garante a uniformidade da linguagem, bem como a organização do material de maneira que os conteúdos sejam complementares e não sobrepostos. São 300 cursos em diversas áreas do conhecimento, organizados por módulos e temas, sendo que cada tema conta com vídeos acessíveis e demais materiais igualmente adaptados. Destaque para: "Ensino Inclusivo no Espaço Escolar": curso com dois módulos que abordam a educação inclusiva e estratégias para sua implementação no ambiente escolar. Entre os temas tratados estão: histórico e trajetória da educação inclusiva, adaptação curricular, comunicação suplementar e alternativa, uso de recursos pedagógicos inclusivos e mitos sobre pessoas com deficiência. **Considera-se pertinente a revisão proposta.**

**Valor executado:** R\$ 744.156,85

---

#### 4.5. Ampliação de 700 vagas no âmbito do PARFOR na rede de mestrado profissional em Educação Inclusiva (PROFEI/PROEB) para todos os estados e o DF

**Meta:** Ofertar 700 novas vagas para alcançar 27 estados e Distrito Federal.

**Valor previsto:** R\$ 83.400.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** A CAPES informou que foram ofertadas 570 vagas para a rede, em 2025, todas preenchidas, sendo 30% desse total convertidos em cotas de bolsas para os mestrandos.

Ampliação das vagas em relação ao período anterior: para o PROFEI, em 2020 foram disponibilizadas 150 vagas; 206 em 2022 e 2023; 300 em 2024; 570 em 2025; 620 em 2026; e, em 2027, a expectativa é que alcance 700 vagas. Das 206 vagas ofertadas em 2023, foi para 620 em 2026. Em três anos a quantidade de vagas para professores das redes públicas de Educação Básica foi multiplicada por três, aproximadamente. Crescimento real, no período do programa.

A rede de instituições que integram o PROFEI: em 2020 era composta por oito instituições; em 2023 cresceu para dezoito e há solicitação em análise para uma nova expansão, podendo chegar a 31.

Complementarmente, cabe informar que o aumento na quantidade de pós-graduandos implica no aumento da quantidade de professores beneficiados com bolsas de estudo, no caso do PROFEI, exclusivamente de mestrado.

**Valor executado:** R\$ 7.227.598,80

---

#### 4.6. Capacitação para residentes do PIBID e da Residência Pedagógica (PARFOR)

**Meta:** 275.500 capacitações ofertadas.

**Valor previsto:** R\$ 36.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

✳ **Proposta de Revisão:** A CAPES informou que o Programa Residência Pedagógica foi incorporado ao PIBID não há nomenclatura de residência no PARFOR. Sendo assim, solicita que a iniciativa seja desmembrada em duas, com uma entrega para o PARFOR e outra para o PIBID, ambos na modalidade Equidade, com a seguinte estrutura:

- **Iniciativas:** Capacitação de professores no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) Equidade e Capacitação de professores no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade).
- **Indicadores propostos:** N° de vagas ofertadas e N° de estágios realizados;
- **Prazo de execução:** PARFOR de 2024 a 2027; PIBID de 2024 a 2026;
- **Metas propostas:** Ofertar 12.000 vagas, assim distribuídas: PARFOR Equidade: 7.642 vagas; PIBID Equidade: 5.000 vagas.
- **Orçamento previsto:** PARFOR R\$ 243.880.200,00 e PIBID R\$ 98.000.000,00.

Quanto à execução das iniciativas propostas, até o momento, a CAPES informa o seguinte resultado:

- Parfor Equidade 2025 = 7.352 estudantes matriculados nos cursos, com investimento de R\$ 72.292.550,00 em bolsas pagas a todos os participantes envolvidos;
- Pibid Equidade 2025 = 4.612 bolsistas de iniciação à docência, com investimento de R\$ 42.854.700,00 em bolsas pagas a todos os participantes envolvidos.
- Parfor Equidade 2026 = 6.808 estudantes matriculados nos cursos, com investimento de R\$ 6.087.150,00 em bolsas pagas a todos os participantes envolvidos;
- Pibid Equidade: Bolsas 2026 = 4.500 bolsistas de iniciação à docência, com investimento de R\$ 3.575.900,00 em bolsas pagas a todos os participantes envolvidos.

**Considera-se pertinente a alteração proposta.**

**Valor executado:** R\$ 124.810.300,00

---

#### 4.7. Formação de 3.500 profissionais na educação bilíngue (Língua Brasileira de Sinais) de surdos até 2024

**Meta:** Formação de 3.500 profissionais de educação no âmbito da educação bilíngue (Língua Brasileira de Sinais).

**Valor previsto:** R\$ 4.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Em 2023, foram ofertadas 4.300 vagas, com um total de 2.799 estudantes aprovados. Em 2024, foram ofertadas 5.725 vagas.

**Valor executado:** Não informado.

 **Acesse:** [Notícia — "MEC lança formação em educação bilíngue de surdos"](#)

---

#### 4.8. 80 vídeos com a produção de material bilíngue

**Meta:** Material bilíngue Libras produzido pelo Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Palhoça.

**Valor previsto:** R\$ 2.200.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

✳ **Proposta de Revisão:** Foi sugerida a alteração da descrição da ação pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC para: Desenvolvimento de Produtos Educacionais didáticos bilíngues (português-libras). Ao final do projeto serão entregues e disponibilizados 80 produtos educacionais, os quais poderão ser utilizados por toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), bem como disponibilizados para outras instituições de ensino. **Considera-se pertinente a alteração proposta.**

Foram produzidos e disponibilizados 18 materiais em vídeo e 23 materiais diversos (Glossário, Tutoriais, Livros, Jogos) pela equipe de execução do projeto IFSC Campus Palhoça, totalizando 41 produtos educacionais didáticos bilíngues.

**Valor executado:** R\$ 2.126.639,99

 Acesse: [Plataforma Eduplay da RNP](#)

[Página no site do IFSC sobre Materiais Didáticos Bilíngues \(Libras-Português\)](#)

---

#### 4.9. Formação de 63 mil professores e 106 mil gestores em educação especial na perspectiva inclusiva pela Rede Nacional de Formação (RENAFOR)

**Meta:** Oferta de formação em Educação especial inclusiva para 100% dos professores e dos gestores via RENAFOR (atendimento educacional especializado).

**Valor previsto:** R\$ 113.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Em 2023, foram matriculados 22.977 professores no âmbito da formação em educação especial. Em 2024, foram formados 14.676 gestores e 24.200 professores. Em 2025, o quantitativo de matrículas para a formação foi de 17.143 gestores e 31.203 professores, totalizando 78.380 professores e 31.819 gestores matriculados nas formações.

**Valor executado:** Não informado.

🔗 Acesse: [Publicação em PDF sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva \(PNEEPEI\)](#)

---

#### 4.10. Contratação de profissionais de apoio a estudantes com deficiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

**Meta:** Investir R\$34 milhões para a contratação de profissionais de apoio a estudantes com deficiência na Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica. Contratação de pessoal segundo necessidades específicas.

**Valor previsto:** R\$ 34.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** A ação depende da revisão de marcos legais que dificultam a contratação, como a Lei nº 8.745/1993 e o Decreto nº 9.507/2018. A SETEC aguarda liberação orçamentária e indica a Ação 2994, PO 0006 da PLOA 2024 como a fonte de recursos para a contratação. Foi solicitada a criação de PO específico, para LOA 2026, tendo sido criado sob o código PO 0006 - Contratação para atendimento a pessoas com deficiência. A ação 21IH foi criada, sendo a dotação atual da LOA para o exercício 2026, o valor total de R\$ 105,7 milhões. Dados informados pelo MEC:

- 2023: R\$ 68.318.176,98
- 2024: R\$ 79.216.406,05
- 2025: R\$ 56.302.358,05 (empenhado até 13/08/2025)

**Valor executado:** R\$ 203.836.941,08

---

#### 4.11. Financiamento de 60 Projetos de Extensão com Equoterapia na Rede Federal

**Meta:** Ampliação de 30 para 90 projetos de extensão com equoterapia, com inserção nos arranjos sociais.

**Valor previsto:** R\$ 30.000.000,00

**Situação:** Aguardando início

✳ **Proposta de Revisão:** A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC solicitou a alteração da iniciativa para “*Apoio a 10 Projetos envolvendo Equoterapia na Rede Federal*”, e a readequação da meta para “*10 Projetos envolvendo Equoterapia na Rede Federal apoiados*” com orçamento total de R\$ 2 milhões, valor atualmente indisponível. Diante da indisponibilidade orçamentária em 2025, a execução da iniciativa será remanejada para 2027, priorizando, neste momento, a realização de um diagnóstico detalhado das ações de equoterapia já existentes na Rede Federal, a fim de subsidiar a implementação e o planejamento futuro da política. **Considera-se pertinente a revisão proposta.**

**Valor executado:** Não iniciado.

---

#### 4.12. Contratação de profissionais de apoio a estudantes com deficiência nas Universidades

**Meta:** Contratação de pessoal segundo necessidades específicas.

**Valor previsto:** R\$ 300.000.000,00.

**Situação:** Excluir

✳ **Proposta de Revisão:** A Secretaria de Educação Superior - SESu solicitou a exclusão da iniciativa, pois afirma insuficiência de recursos orçamentários e autonomia das Universidades para executar a ação por soluções institucionais diversas de destinação de recursos humanos para a execução de atividades de apoio aos estudantes com deficiência, como a utilização de servidores do quadro institucional, bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (PID) e estagiários, o que evidencia também que limitar a iniciativa e o indicador apenas à contratação de profissionais pode ser uma estratégia inadequada. Ademais, caso desejado pela universidade, a contratação de profissionais de apoio é uma das possibilidades de utilização dos recursos destinados ao Programa Incluir, iniciativa também inserida no Novo Viver Sem Limites e que objetiva eliminar barreiras pedagógicas e

comunicacionais, além de fomentar a criação de Núcleos de Acessibilidade nas IFES. **Considera-se pertinente a exclusão proposta.**

**Valor executado:** Não se aplica.

# MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPS)

---

4.13. Capacitação de 3 mil profissionais das equipes da Perícia Médica Federal, Reabilitação Profissional e Serviço Social do INSS sobre os direitos da pessoa com deficiência e modelo Único da Avaliação Unificada da Deficiência

**Meta:** 3 mil servidores que atuam na Reabilitação Profissional capacitados.

**Valor previsto:** R\$ 7.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Foi realizada a capacitação de 1.352 peritos médicos federais, organizada pelo DPMF/CGPMAT no primeiro semestre de 2025, em quatro turmas, na modalidade a distância. A capacitação abordou o reconhecimento da pessoa com deficiência, atualização legislativa e padronização dos procedimentos. A ação alcançou 48,6% dos/as peritos/as em atividade. A continuidade da capacitação, incluindo a integração com as áreas da Reabilitação Profissional e do Serviço Social do INSS, está prevista para os próximos ciclos.

**Valor executado:** não há previsão ou gasto orçamentário realizado vinculada ao Novo Viver Sem Limite (uso de recursos próprios).

# MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

---

## 4.14. Reajuste no valor do custeio dos Centros Especializados em Reabilitação (35% para CERs II e III; 25% para CER IV)

**Meta:** Reajuste de 35% no valor do custeio mensal para os serviços habilitados como CER II; CER III (de 200 para 270); e, de 25% para o CER IV (de 345 para 430), dos custeios dos Centros Especializados em Reabilitação.

**Valor previsto:** R\$ 637.488.000,00.

**Situação:** Concluída

**Descrição:** Publicação da Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023 e da Portaria GM/MS nº 1.602, de 16 de outubro de 2023.

Por meio da Portaria GM/MS nº 1.602/2023, foi concedido reajuste anual de R\$ 212,5 milhões no custeio dos Centros Especializados em Reabilitação, beneficiando os serviços habilitados até outubro de 2023.

**Valor executado:** R\$222.888.000,00

 Acesse: [Página da Portaria GM/MS nº 1.602, de 18 de outubro de 2023](#)

---

## 4.15. Reajuste de 35% no custeio das Oficinas Ortopédicas da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD)

**Meta:** Reajuste de 35% no custeio das Oficinas Ortopédicas (fixas e itinerantes), direcionado aos serviços da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD).

**Valor previsto:** R\$ 31.176.000,00

**Situação:** Concluída

**Descrição:** Foi concedido reajuste anual de R\$ 10,4 milhões no custeio das Oficinas Ortopédicas da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, conforme Portaria GM/MS nº 1.602/2023.

**Valor executado:** R\$ 31.176.000,00

 Acesse: [Página da Portaria GM/MS nº 1.602, de 18 de outubro de 2023](#)

---

#### 4.16. Habilitação de Centros de Referência em Reabilitação para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no SUS

**Meta:** Habilitação de Núcleos de Atenção à Criança e Adolescente com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Concluída

✳ **Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da descrição da iniciativa para: “Criação de novos incentivos de custeio no âmbito da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência” e da meta para “Criação do recurso de custeio mensal para veículos de transporte sanitário adaptado e de adicional de 20% sobre o custeio mensal dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) que contemplem a modalidade deficiência intelectual para ampliação do acesso às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”.

A Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023, criou novos incentivos financeiros destinados à qualificação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, incluindo o custeio de transporte sanitário adaptado e o adicional de 20% para os CER que ofertem reabilitação intelectual. Esses incentivos visam fortalecer os serviços e ampliar a capacidade de atendimento das pessoas com deficiência, especialmente das pessoas com TEA, promovendo maior equidade e acesso aos cuidados especializados no SUS. **Considera-se pertinente a revisão proposta.**

**Valor executado:** Não se aplica.

🔗 Acesse: [Página no site do MS sobre a Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023](#)

---

#### 4.17. Revisão e atualização da linha de cuidado referente ao Transtorno do Espectro Autista (TEA)

**Meta:** Linha de cuidado referente ao TEA atualizada.

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Concluída

**Descrição:** A Linha de Cuidado foi publicada em setembro de 2025 e encontra-se disponível no link:

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_pessoas\\_tea.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_pessoas_tea.pdf)

A Portaria SAES/MS nº 2.245, de 12 de novembro de 2024, formalizou a nomeação dos membros do Grupo de Trabalho Ministerial sobre o Transtorno do Espectro Autista (GT-TEA), no âmbito do Ministério da Saúde. As reuniões do GT-TEA tiveram início em janeiro de 2025 e encerraram-se em dezembro de 2025.

**Valor executado:** Não se aplica.

---

#### 4.18. Habilitar 75 novos Centros Especializados em Reabilitação

**Meta:** Habilitar mais 75 Centros Especializados em Reabilitação.

**Valor previsto:** R\$ 1.161.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** 36 Centros Especializados em Reabilitação (CER) foram habilitados, contribuindo para a ampliação da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência. Não há um número pré-definido de instituições a serem habilitadas, portanto o valor dependerá das demandas que forem registradas pelo SAIPS e aprovadas pelo Ministério da Saúde. Os estabelecimentos que tiverem habilitação aprovada, farão jus aos respectivos recursos de custeio conforme tipologia de cada proposta.

**Valor executado:** R\$ 55.055.000,00

---

#### 4.19. Novo custeio mensal para atendimento a pessoas com TEA nos serviços da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD)

**Meta:** Habilitar os Centros Especializados em Reabilitação (CER) que contemplem a modalidade deficiência intelectual para o recebimento do custeio adicional de 20% para ampliação do acesso às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

**Valor previsto:** R\$ 1.113.717.600,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**\* Proposta de Revisão:** Solicitada a alteração da descrição da iniciativa para: “Habilitação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) para o recebimento do custeio adicional de 20% para atendimento às pessoas com TEA”.

**Considera-se pertinente a revisão proposta.**

A iniciativa prevê o custeio adicional de 20% para CERs que ofertam a modalidade de deficiência intelectual, com foco na ampliação do acesso para pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Já foram habilitados 8 CERs com esse adicional.

Não há um número pré-definido de instituições a serem habilitadas, portanto o valor dependerá das demandas que forem registradas pelo Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS), pelos gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal que apresentam pleitos de habilitação para o componente, e aprovadas pelo Ministério da Saúde (MS). Os estabelecimentos que tiverem habilitação aprovada, farão jus aos respectivos recursos de custeio conforme tipologia de cada proposta.

**Valor executado:** R\$ 5.174.400,00

---

#### 4.20. Reajuste no custeio mensal direcionado aos serviços da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência – RCPD

**Meta:** Inclusão de recurso de custeio mensal no valor de R\$ 4.000,00.

**Valor previsto:** R\$ 42.192.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

✳ **Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da descrição da iniciativa para: “Habilitação dos veículos de transporte sanitário adaptado no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência para o recebimento do custeio mensal” e da meta para “Habilitar os veículos de transporte sanitário adaptado no âmbito da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência para o recebimento do custeio mensal de R\$ 4.000,00”. **Considera-se pertinente a revisão proposta.**

Esse recurso financeiro garante a manutenção regular de veículos adaptados para o deslocamento seguro e digno dos usuários da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), contribuindo para a superação de barreiras geográficas e físicas, assegurando a continuidade do cuidado entre os diferentes pontos da RCPD. Foram habilitados 10 veículos de transporte sanitário adaptado, que passam a receber custeio mensal de R\$ 4.000,00 cada, ampliando a acessibilidade ao serviço de saúde para pessoas com deficiência.

**Valor executado:** R\$ 480.000,00

---

#### 4.21. Habilitar 12 Oficinas Ortopédicas

**Meta:** Habilitar 12 Oficinas Ortopédicas.

**Valor previsto:** R\$ 31.536.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Já foram habilitadas 5 novas oficinas ortopédicas, ampliando o atendimento especializado no SUS.

🔗 Acesse: [Página do site no MS sobre as Oficinas Ortopédicas](#)

**Valor executado:** R\$ 4.380.000,00

---

#### 4.22. Publicação e revisão de 16 diretrizes e protocolos de atenção à saúde da pessoa com deficiência

**Meta:** 16 diretrizes revistas e publicadas.

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Em andamento

✳ **Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da descrição da iniciativa para: “Revisão e publicação de 16 diretrizes de atenção à saúde da pessoa com deficiência”. Ajuste textual da iniciativa uma vez que, após a revisão, os documentos serão submetidos para publicação oficial pelo Ministério da Saúde. Ressalta-se que foram excluídos os “protocolos” do escopo da iniciativa, uma vez que não integram o conjunto de documentos previstos para revisão. **Considera-se pertinente a revisão proposta.**

Encontram-se em revisão 11 diretrizes (Triagem Auditiva Neonatal, Saúde Ocular da Criança, TEA, Paralisia Cerebral, Lesão Medular, Intervenção Precoce, Tecnologia Assistiva, Saúde das Mulheres com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Saúde Bucal, Atenção às Pessoas Ostomizadas e Síndrome de Down), com entrega prevista para o segundo semestre de 2025. Destas, o Guia da Triagem Auditiva Neonatal está na editora para normalização e publicação.

**Valor executado:** Não se aplica.

---

#### 4.23. Elaboração da linha de cuidado e das diretrizes de atenção à saúde das pessoas com pé torto congênito

**Meta:** Linha de cuidado e diretrizes de atenção à saúde das pessoas com pé torto congênito elaboradas.

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** Instituída a Câmara Técnica Assessora sobre o Pé Torto Congênito, por meio das Portarias GM/MS nº 5.689/2024 e SAES/MS nº 2.348/2024. As reuniões iniciaram-se em fevereiro de 2025 e subsidiarão a elaboração da linha de cuidado e diretrizes específicas para essa condição, em consonância com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência - PNAISPD.

**Valor executado:** Não se aplica.

# MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS (MPOR)

## 4.24. Implantação de 20 unidades de salas multissensoriais para o acolhimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Aeroportos e Aeródromos Regionais

**Meta:** Instalar salas multissensoriais nos Aeroportos e Aeródromos Regionais de Propriedade da União.

**Valor previsto:** R\$1.500.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** A ação segue em andamento com previsão de entrega escalonada. A iniciativa visa promover um ambiente mais acolhedor e acessível para pessoas com TEA em aeroportos brasileiros, contando com o apoio da SNDPD para a capacitação dos profissionais envolvidos.

Até o momento, a Zurich Airport Brasil inaugurou salas multissensoriais nos aeroportos de Florianópolis (FLN), Vitória (VIX) e Natal (NAT). A concessionária Aena implantou salas nos aeroportos de São Paulo – Congonhas (CGH), Recife (REC), Uberlândia (UDI), Marabá (MAB), Corumbá (CMG) e Campo Grande (CGR). A INFRAERO também realizou a inauguração de uma sala multissensorial no Aeroporto Santos Dumont (SDU), no Rio de Janeiro. Já a concessionária Rio Galeão inaugurou a sala no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão (GIG). Em 13 de agosto de 2025 foi inaugurada a sala do Aeroporto de Brasília, administrado pela Inframerica, totalizando 12 (doze) salas já em funcionamento. Está prevista a entrega de 27 salas multissensoriais até o final de 2026.

**Valor executado:** O compromisso assumido pelas concessionárias não utilizou de recursos públicos para a implantação das salas multissensoriais nos aeroportos, tampouco a repactuação contratual. Assim, a adesão de cada aeroporto é voluntária, o qual se compromete em arcar com os custos de todo o projeto e execução para instalação da sala multissensorial ou espaço de acomodação.



**Descrição da imagem:** Uma cerimônia de inauguração com várias pessoas reunidas, incluindo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. No centro da imagem, há uma fita verde sendo puxada por uma criança de colo. Atrás deles, há um grupo de pessoas sorrindo e dois homens usando camisetas roxas com estrelas amarelas e a frase "Eles crescem" escrita em amarelo. Ao fundo, há uma placa verde com texto em branco "Sala Multissensorial" em português e inglês. A imagem está em um ambiente interno de um aeroporto.

[Acesse: Notícia — "Aeroporto de Brasília ganha sala multissensorial para acolher passageiros neurodivergentes"](#)

# MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS)

---

## 4.25. Centros-Dia e similares, Residências Inclusivas e Família Acolhedora

**Meta:** Manutenção do valor de cofinanciamento federal aos estados e municípios; 2.108 Centros-dias e unidades similares em funcionamento.

**Valor previsto:** R\$ 85.000.741,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Entre 2023 e 2025, o governo federal realizou repasses de cofinanciamento de serviços que atendem pessoas com deficiência em diversos formatos de acolhimento e apoio. A meta vinculada ao Plano Viver Sem Limite contempla a manutenção dos serviços já existentes e não sua ampliação. No entanto, o repasse integral do valor pactuado está condicionado à disponibilidade orçamentária. Em três anos, foram destinados R\$ 10.319.819,53 para o cofinanciamento de 9 Centros-Dia, em 9 entes federativos, cada um com capacidade de atender mensalmente 30 crianças e suas famílias. Foram repassados R\$ 20.639.639,14 para 18 unidades, em 18 entes federativos, cada uma com capacidade para atender mensalmente 30 adultos e suas famílias. No âmbito das Residências Inclusivas, o valor transferido foi de R\$ 28.117.291,44, garantindo o cofinanciamento de 102 unidades mensais a 78 entes com capacidade para até 10 pessoas por residência.

**Valor executado:** R\$ 59.076.750,11

 Acesse: [Página do Painel Repasse Fundo a Fundo](#)

---

## 4.26. Programa BPC na Escola, com 425 mil matrículas de pessoas beneficiárias do BPC até 18 anos de idade, na rede regular de ensino

**Meta:** 1) Matricular 85% (425 mil) dos beneficiários público do Programa na rede regular de ensino até 2026; 2) Garantir cofinanciamento para aplicação de 240 mil Questionários de Identificação das Barreiras de Acesso e Permanência na Escola


até 2026; e 3) Ampliar a adesão ao BPC para 100% (5.570) dos municípios brasileiros até 2026.

**Valor previsto:** R\$ 9.600.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** No período de 01/01/2024 a 28/02/2026, foram inseridos 97.431 questionários no Sistema BPC na Escola, sendo 66,57% com entrevistas realizadas. Foram validados 84.132 questionários e repassado o recurso de R\$ 3.365.280,00. A meta é de 240 mil questionários preenchidos até 2026. Em relação aos beneficiários do BPC com deficiência até 18 anos, matriculados na escola, a Nota Técnica Conjunta MDS/MEC/INEP nº 1/2026 divulgou, em 23/02/2026, os resultados dos Pareamentos 2022, 2023 e 2024, realizados pelo INEP/MEC. Em 2021, 65,30% dos beneficiários estavam matriculados na escola. Já em 2022, foram identificados 570.520 beneficiários com deficiência entre zero e 18 anos, dos quais 78,92% estavam matriculados na rede regular de ensino. Em 2023, o total chegou a 680.679 beneficiários, com 80,48% frequentando a escola. Já em 2024, eram 870.093 beneficiários, sendo 83,06% matriculados na escola. Desde a implementação do Programa BPC na Escola, em 2008, observa-se que o percentual de beneficiários matriculados cresceu significativamente, passando de 21,00% para 83,06% em 2024. E no tocante à adesão ao BPC na Escola, até 28/02/2026, 33 novos municípios aderiram ao Programa. Atualmente, 26 estados, o Distrito Federal e 5.119 municípios (91,31% do total), incluindo todas as capitais, já aderiram ao programa.

**Valor executado:** R\$ 3.365.280,00


 Acesse: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/bpc-na-escola>

---

#### 4.27. Busca ativa no PROCAD/SUAS a fim de garantir inclusão no cadastro único e acesso ao BPC para todas as pessoas com deficiência em unidades de acolhimento

**Meta:** Pactuar nas instâncias do SUAS e implementação de ações de comunicação e de mobilização dos entes federados para Busca Ativa e inclusão no Cadastro Único de pessoas com deficiência em serviços de acolhimento, de modo a possibilitar o requerimento para acesso ao BPC.

**Valor previsto:** Não se aplica.

 Aguardando início

**\* Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da descrição da iniciativa para: “Incentivar a inclusão das pessoas com deficiência em unidades de acolhimento no cadastro único” e da Meta para “Pactuar nas instâncias do SUAS e implementação de ações de comunicação e de mobilização dos entes federados para inclusão no Cadastro Único de pessoas com deficiência em serviços de acolhimento, de modo a possibilitar o requerimento para acesso ao BPC, de acordo com a disponibilidade orçamentária”. Considerando que a busca ativa é uma ação que visa encontrar pessoas que estão fora da rede do SUAS, uma vez que as pessoas em serviço de acolhimento já estão dentro da rede do SUAS, foram necessárias as alterações propostas. **Considera-se pertinente a revisão proposta.**

Encontram-se em andamento as ações de comunicação e de mobilização dos entes federados para inclusão de pessoas com deficiência em serviços de acolhimento no Cadastro Único.

**Valor executado:** Não se aplica.

# MINISTÉRIO DO ESPORTE (MESP)

---

## 4.28. Implantação de 27 núcleos do programa TEAtivo em todas as unidades da federação

**Meta:** Criar 27 núcleos do Programa TEAtivo em todas as unidades da federação, sendo: 2 (2023); 8 (2024); 8 (2025); 9 (2026).

**Valor previsto:** R\$6.075.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** 19 de 27 núcleos implementados (70,37%). 10 núcleos foram implantados nas capitais do Nordeste e em Imperatriz/MA e 7 núcleos nas capitais da Região Norte, via Lei de Incentivo ao Esporte. 2 núcleos foram implementados em Caxias/MA e Brasília/DF, com recurso discricionário e de emenda parlamentar. Foram formalizados mais 7 com recursos discricionários e de emendas parlamentares (aguardando processo licitatório por parte dos entes para transferência dos valores).

**Valor executado:** R\$ 12.809.303,68

[Acesse: Notícia — "Esporte 2024: Ministério do Esporte inaugurou 11 núcleos para atender pessoas com TEA"](#)

---

## 4.29. Implantação de 27 núcleos do Programa Semear + Paradesporto

**Meta:** Implantar 27 núcleos do Programa Semear + Paradesporto, sendo: 7 (2024); 10 (2025); 10 (2026).

**Valor previsto:** R\$ 5.940.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** 7 de 27 núcleos implementados (25,9%). Foram implantados os seguintes núcleos em 2024: Marília (SP), São José do Rio Preto (SP) e Rio de Janeiro (RJ). E em 2025: Niterói (RJ), Guarapari (ES), Brasília (DF) e Marília (2º núcleo - SP).

**Valor executado:** R\$ 1.262.923,07



**Descrição da imagem:** Três jogadoras de *goalball* estão em ação em uma quadra coberta. Todas estão usando vendas nos olhos e uniformes coloridos, predominantemente em tons de azul e verde. Uma das jogadoras está deitada de lado no chão, enquanto as demais em uma posição mais ereta, mas também próximas ao chão. Há uma bola azul em movimento no ar, indicando que o jogo está em andamento. A quadra tem linhas brancas marcadas no chão e há uma parede de concreto ao fundo e uma grade de arquibancada.

🔗 Acesse: [Notícia — "Ministério do Esporte amplia programa Semear com foco em pessoas com deficiência e igualdade de gênero"](#)

#### 4.30. Implantação de núcleos do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) em 21 unidades da federação

**Meta:** Criar 21 núcleos do Programa Paradesporto Brasil em Rede, sendo: 3 (2023); 6 (2024); 6 (2025); 6 (2026).

**Valor previsto:** R\$ 4.860.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** 14 de 21 núcleos implementados (66,7%). Atualmente, há 12 núcleos de atendimento (CE - 3, BA, GO, MS, MT, MA, PA, PI, SC, PB), um núcleo gestor encerrado (SE) e 1 núcleo gestor ativo (MG).

**Valor executado:** R\$ 2.282.195,12

 **Acesse:** [Página no site do Ministério do Esporte sobre o Programa Paradesporto Brasil em Rede \(PPBR\)](#)

---

#### 4.31. Formação de 1.000 professores da rede básica de ensino na temática do paradesporto

**Meta:** 1000 profissionais da rede básica de ensino capacitados em paradesporto.

**Valor previsto:** Não informado.

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

✳ **Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da redação da iniciativa para “Formação de 1.000 professores de educação física na temática do paradesporto”. Justificativa: O curso de especialização em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas é aberto para todos os profissionais de educação física, não apenas os professores da educação básica. **Considera-se pertinente a alteração proposta.**

Professores formados: 234 de 1000 (23,4%). Foram selecionados 150 alunos pela UFJF e a Universidade Estadual do Ceará até julho de 2025 tem 84 inscritos. A formação será viabilizada em parceria com a Capes, por meio de curso de especialização em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas via Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em dez/2025 foi formalizada parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP para criação do curso “Conhecendo o Paradesporto” no portal EV.G. Em 2026 será realizada parceria com a Universidade Federal de Alagoas – UFAL para realizar um Curso de Aperfeiçoamento em Atividade Física para pessoas com TEA, a ser ofertado a 150 profissionais de Educação Física das cinco regiões brasileiras.

**Valor executado:** Não informado.

 **Acesse:** [Página de Perguntas Frequentes da Secretaria Nacional de Paradesporto](#)

---

#### 4.32. Implantação de 34 núcleos do Programa Maré Inclusiva nas regiões litorâneas

**Meta:** Estabelecer 34 núcleos do Programa Maré Inclusiva nas regiões litorâneas do país, sendo: 2 (2023); 10 (2024); 12 (2025); 10 (2026).

**Valor previsto:** R\$4.050.000,00

**Situação:** Em andamento

✳ **Proposta de Revisão:** Foi solicitada a alteração da meta pois, tendo em vista contingenciamentos orçamentários, não foi possível implementar os núcleos previstos. Portanto, necessário revisar a ação e a meta alterando o quantitativo para 5 núcleos do Programa Maré Inclusiva implantados nas regiões litorâneas. **Considera-se pertinente a alteração proposta.**

Ainda não há núcleos em funcionamento. Está prevista a implantação de um núcleo via Emenda Parlamentar em Vila Velha/ES e outro com recursos discricionários em Salvador/BA. O Convênio com a prefeitura de Vila Velha/ES foi assinado em 08/09/2025 e o valor de R\$ 352.800,00 já foi empenhado. A secretaria planejava publicar edital de chamamento para formalizar Termos de Colaboração, contudo, houve um bloqueio orçamentário que afetou a ação 21CK não sendo possível garantir o recurso para o edital.

**Valor executado:** R\$ 352.800,00



**Descrição da imagem:** Três homens em cadeiras de rodas adaptadas para a areia estão na praia, cada um vestindo uma camiseta de cor diferente: vermelho, verde e azul. Um deles está segurando uma prancha de surf grande, que está posicionada verticalmente à sua frente. A prancha tem várias logomarcas e adesivos. Ao fundo, há estruturas de metal e banners, sugerindo que estão participando de um evento ou competição. Há também algumas palmeiras e o céu está claro.

🔗 Acesse: [Notícia — "Programa "Maré Inclusiva" vai atender pessoas com deficiência que queiram praticar surf"](#)

---

### 4.33. Implantação de 100 Centros de Referência Paralímpicos

**Meta:** Criar 100 Centros Paralímpicos em parceria com o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, sendo: 10 (2023); 30 (2024); 40 (2025); 20 (2026).

**Valor previsto:** R\$ 19.588.829,00

**Situação:** Excluir

**Descrição:** Em 2025 foram implantados 11 Centros.

**\* Proposta de Revisão:** Foi solicitada a exclusão da iniciativa pelo MESP, visto que se trata de ação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), sobre a qual o Ministério não possui ingerência ou governabilidade. Embora o Relatório de Aplicação de Recursos oriundos da Lei Federal nº 13.756, de 2018 – apresentado pelo CPB em março/2025, referente ao ano de 2024 – informe o investimento de quase R\$ 13 milhões nesta ação, trata-se de recurso que não passa pelo MESP. O recurso é transferido diretamente ao CPB e gerido por aquele comitê, cabendo ao MESP apenas a análise do referido relatório. **Considera-se pertinente a exclusão proposta.**

**Valor executado:** Não se aplica.

# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

---

## 4.34. Qualificação de 4.329 atendentes do Sistema Sine "Casa do Trabalhador" para atendimento a pessoas com deficiência

**Meta:** Qualificar atendentes das Agências do Sistema Sine "Casa do Trabalhador" na abordagem e no atendimento às pessoas com deficiência.

**Valor previsto:** R\$ 30.000.000,00

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** No ano de 2024, foram qualificados 510 atendentes da Rede SINE em cursos de libras. O orçamento da ação é executado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), repassados aos entes federativos, porém ainda aguarda liberação financeira para implementação.

**Valor executado:** Não informado.

---

## 4.35. Habilitação de 200 entidades representativas das pessoas com deficiência na condição de instituições qualificadoras

**Meta:** 200 entidades que atuam com pessoas com deficiência cadastradas.

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** A ação ocorrerá por meio de campanhas de mobilização em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), com previsão de ações públicas como transmissões ao vivo para divulgação da iniciativa.

Já foi realizada uma reunião com as entidades interessadas, na qual foram repassadas orientações detalhadas sobre o processo de habilitação, incluindo critérios, documentação necessária e etapas de análise. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) também disponibilizou um canal direto de comunicação para esclarecimento de dúvidas e suporte às entidades ao longo de todo o processo.

Entidades efetivamente habilitadas até o momento: 7.

**Valor executado:** Não se aplica.

---

#### 4.36. Promover 120.000 novos contratos de trabalho de Pessoas com Deficiência ou reabilitadas do INSS em empresas obrigadas a cumprirem a Lei de Cotas

**Meta:** Estímulo ao ingresso de pessoas com deficiência no mundo do trabalho formal, sendo 30.000 novos contratos formais de emprego de pessoas com deficiência por ano (2024, 2025, 2026 e 2027).

**Valor previsto:** Não se aplica.

**Situação:** Em andamento com entregas parciais

**Descrição:** Tem-se como meta da iniciativa o estímulo ao ingresso de pessoas com deficiência no mundo do trabalho formal, com prazo de quatro anos. Resultado:

2023 - 31.620

2024 - 27.113

2025 - 37.682

2026 (janeiro e fevereiro) - 6.577

Acumulado 01/2023 a 02/2026 – 102.992

**Valor executado:** Não se aplica.

---

#### 4.37. 5.772 Mutirões de Empregabilidade da Pessoa com Deficiência (Dia D do emprego da Pessoa com Deficiência) nas 27 Unidades da Federação

**Meta:** Promover 5.772 Mutirões de Empregabilidade da Pessoa com Deficiência (Dia D do emprego da Pessoa com Deficiência) em 1.443 unidades da Rede SINE e nas 27 Unidades da Federação.

**Valor previsto:** Não informado.

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** No ano de 2024, foram realizados 11 mutirões de empregabilidade para pessoas com deficiências. Em setembro de 2025, está sendo planejada a realização de mutirões de empregabilidade nas 27 unidades federativas como ação alusiva à Semana da Pessoa com Deficiência.

**Valor executado:** Não informado.

---

#### 4.38. Formação de 2.000 Agentes em Tecnologia do Emprego com Apoio

**Meta:** 2000 concluintes: 2024 – 500; 2025 – 1000; 2026 – 1500; 2027 – 2000.

**Valor previsto:** R\$ 3.200.000,00

**Situação:** Aguardando início

**Descrição:** Projeto de Qualificação Social e Profissional de 1.000 jovens de 16 a 29 anos, em cursos de 200 horas, como Agentes de Inclusão do Emprego Apoiado, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES.

O Projeto foi aprovado, porém o Termo de Execução Descentralizada (TED) não foi celebrado com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), por questões orçamentárias, não viabilizando ainda sua execução por meio da ação 20Z1- Qualificação social e profissional de trabalhadores e trabalhadoras.

**Valor executado:** Não iniciado.

# MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC)

---

4.39. Formação presencial de 1.500 pessoas com deficiência aposentadas ou beneficiárias do BPC em letramento digital e educação midiática

**Meta:** 500 pessoas com deficiência com 50 anos ou mais que recebam BPC ou aposentadoria formadas por ano, até 2026.

**Valor previsto:** R\$ 6.000.000,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** A ação está em fase de articulação. Parte da meta já está sendo atendida por meio do programa "Viva Mais Cidadania Digital". O mapeamento das pessoas idosas com deficiência atendidas pelo Programa "Viva Mais Cidadania Digital" está sendo realizado nos territórios do DF, PI e PE.

**Valor executado:** R\$ 300.000,00

---

4.40. Formação de 3.000 trabalhadores das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) sobre direitos da pessoa idosa com deficiência e prevenção à tortura

**Meta:** Formar trabalhadores das ILPI acerca dos direitos das pessoas idosas, pessoas com deficiência e da prevenção à tortura e outros maus tratos.

**Valor previsto:** R\$ 80.000,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** A ação está em fase de articulação para formação de 3.000 trabalhadores das ILPIs, com foco na garantia de direitos e na prevenção à tortura. O Termo de Execução Descentralizada com a Fiocruz-DF está em fase de assinatura. Um evento piloto ocorreu no estado de Alagoas.

**Valor executado:** R\$300.000,00



**Descrição da imagem:** Foto de um seminário mostrando uma mesa com cinco pessoas sentadas e uma pessoa em pé falando ao microfone. Atrás deles, há uma tela de projeção com a programação do evento. A programação está dividida em "manhã" e "tarde", com horários e atividades listados. A sala tem paredes claras e um teto com iluminação embutida.

🔗 Acesse: [Notícia — "Governo de Alagoas realiza formação com Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas"](#)

#### 4.41. Formação de 2.000 conselheiros municipais de direitos da pessoa idosa sobre direitos das pessoas com deficiência

**Meta:** Conselheiros municipais dos direitos da pessoa idosa formados.

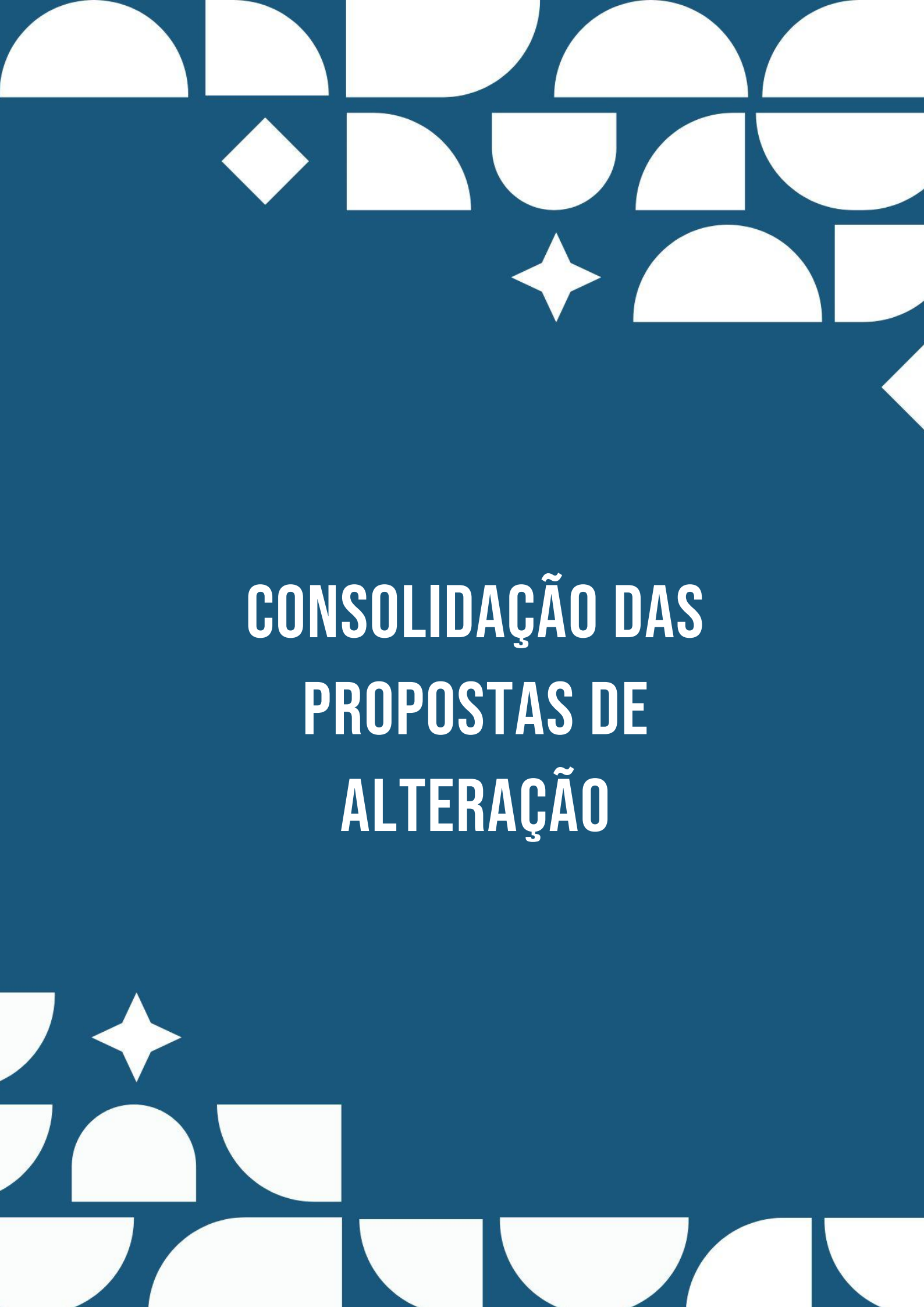
**Valor previsto:** R\$ 500.000,00

**Situação:** Em andamento

**Descrição:** Termo de Execução Descentralizada com a Fiocruz-DF foi celebrado e o curso de formação voltado para conselheiros municipais de direitos da pessoa idosa, com foco na interseccionalidade com a deficiência, encontra-se em fase de

produção. O curso terá um módulo específico sobre pessoas idosas com deficiência.

**Valor executado:** R\$ 500.000,00



**CONSOLIDAÇÃO DAS  
PROPOSTAS DE  
ALTERAÇÃO**

# ALTERAÇÕES PROPOSTAS

O presente capítulo reúne as propostas de alterações no âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite, em consonância com a diretriz de revisão periódica estabelecida pelo Decreto nº 11.794/2023, que institui a Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD). A previsão de revisão anual das iniciativas e metas do Plano, prevista no art. 6º do referido Decreto, confere à política pública um caráter dinâmico, adaptativo e orientado à melhoria contínua, permitindo o seu aperfeiçoamento à luz dos resultados alcançados, dos desafios identificados na execução e das mudanças de contexto institucional e orçamentário.

Nesse sentido, as propostas aqui consolidadas decorrem do processo de monitoramento conduzido ao longo do ciclo de implementação, bem como das contribuições apresentadas pelos órgãos executores no âmbito da governança do Plano, conforme referências. Tais propostas refletem a necessidade de adequação das iniciativas às condições reais de execução, à disponibilidade de recursos, à evolução normativa e às prioridades estratégicas do Governo Federal.

As alterações estão organizadas em três categorias principais: solicitações de exclusão de iniciativas, propostas de revisão textual e proposições de novas iniciativas. Cada uma delas foi analisada à luz de critérios técnicos, considerando a pertinência, a viabilidade e a aderência aos objetivos do Plano, com vistas a assegurar maior efetividade das ações e coerência com a política nacional de promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Dessa forma, este capítulo não apenas sistematiza as mudanças propostas, e já discutidas no texto deste Relatório, mas também materializa o compromisso institucional com uma gestão orientada por evidências, transparência e aprimoramento contínuo, reforçando o papel do monitoramento como instrumento central para a qualificação das políticas públicas.

# SOLICITAÇÃO DE EXCLUSÃO DE INICIATIVAS

Órgão ou entidade executores	Ação/Iniciativa	Motivo
<b>Ministério da Educação</b>	Lançamento de 6 editais de fomento à pesquisa para pesquisadores com deficiência	O MEC informou que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES não possui iniciativa específica para pesquisadores com deficiência. Foi solicitada a repactuação da ação com a proposta de alteração para “Fomento à diversidade, à inclusão e às políticas afirmativas na pós-graduação”, tendo como resultados o Edital nº 37/2022, do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Alteridade, com 37 bolsas implementadas, e o Edital nº 17/2023 - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Políticas Afirmativas e Diversidade, com 211 bolsas implementadas. <u>Considerando que os editais indicados são anteriores ao Novo Viver sem Limite, sugeriu-se a exclusão da iniciativa.</u>
	Fornecimento de dispositivos e equipamentos de tecnologia assistiva para o atendimento de 95 mil crianças com deficiência	A SECADI informou que a iniciativa é inexecutável e solicitou sua exclusão do Plano visto que tal iniciativa seria derivada de uma potencial incidência com MCTI.
	Contratação de profissionais de apoio a estudantes com deficiência nas Universidades (atender todos/as estudantes, técnicos e docentes PCD, colegiados e eventos)	A SESu solicitou a exclusão da iniciativa, indicando como justificativa a insuficiência de recursos orçamentários e a autonomia das Universidades para executar a ação por diferentes formatos institucionais. Ademais, informou que, caso desejado pela universidade, a contratação de profissionais de apoio é uma das possibilidades de utilização dos recursos destinados ao Programa Incluir, iniciativa do Novo Viver Sem Limites que objetiva eliminar barreiras pedagógicas e comunicacionais, além de fomentar a criação de Núcleos de Acessibilidade nas IFES.

Órgão ou entidade executores	Ação/Iniciativa	Motivo
<b>Ministério da Saúde</b>	Implantar 250 consultórios ginecológicos nas novas Unidades de Saúde (Tipo 3) com aparelhos acessíveis e equipe capacitada	A solicitação de exclusão desta meta ocorreu devido à limitação orçamentária apresentada pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS) e a logística de entrega dos equipamentos nos territórios. Além disso, a meta foi realocada na entrega dos novos projetos arquitetônicos da UBS, que passam a contar com ambientes acessíveis e programados para a oferta de cuidados ginecológicos às pessoas com deficiência.
<b>Ministério do Esporte</b>	Implantação de 100 Centros de Referência Paralímpicos	Trata-se de ação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) sobre a qual o MESP afirma não possuir ingerência ou governabilidade. Embora o Relatório de Aplicação de Recursos oriundos da Lei Federal nº 13.756, de 2018 – apresentado pelo CPB em março/2025, referente ao ano de 2024 – informe o investimento de quase R\$ 13 milhões nesta ação, trata-se de recurso que não passa pelo MESP. O recurso é transferido diretamente ao CPB e gerido por aquele comitê, cabendo ao MESP apenas a análise do referido relatório.
<b>Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania</b>	Certificação da Avaliação Biopsicossocial para 1 milhão de pessoas beneficiárias do BPC	A meta era garantir a certificação unificada da deficiência. A estratégia de implementação atual prevê que o processo ocorra de forma escalonada e controlada, devendo as políticas aderirem à metodologia da avaliação biopsicossocial.

# PROPOSTA DE REVISÃO

Órgão ou entidade executores	Ação Inicial	Ação Alterada
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	Implantação da Central Nacional de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais (CONECTE LIBRAS BRASIL)	Implementação do Sistema Nacional de Comunicação em Libras - SIS-Libras
	Implantação de 27 Centros de Acesso, Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva	Institucionalizar o serviço Centro de Acesso, Pesquisa e Inovação em Tecnologia Assistiva - CAPTA
<b>Ministério da Cultura</b>	100% de acessibilidade comunicacional nas sessões comerciais das salas de cinema	Foi solicitada a alteração do responsável pela execução da ação, do Ministério da Cultura para a ANCINE, com a concordância de ambos.
	Formação de 500 especialistas em Acessibilidade Cultural (lato Sensu)	Formação de 500 profissionais em Acessibilidade Cultural - EAD
<b>Ministério da Educação</b>	Formação de 8.250 professores de salas comuns na "Política de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva	Formação continuada de professores de salas comuns na Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva
	Capacitação para residentes do PIBID e da Residência Pedagógica (PARFOR)	Capacitação de professores no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) Equidade. Capacitação de professores no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade).
	80 vídeos com a produção de material bilíngue	Desenvolvimento de Produtos Educacionais didáticos bilíngues (português-libras)

Órgão ou entidade executores	Ação Inicial	Ação Alterada
	Financiamento de 60 Projetos de Extensão com Equoterapia na Rede Federal	Apoio a 10 Projetos envolvendo Equoterapia na Rede Federal
	Promoção de 80 cursos de produção de materiais acessíveis no âmbito da Plataforma Aprenda Mais	Cursos de produção de materiais acessíveis no âmbito da Plataforma Aprenda Mais
<b>Ministério da Saúde</b>	90 novas Policlínicas equipadas com mesas ginecológicas e mamógrafos acessíveis	Aprovação da destinação de recursos federais para a construção de 90 novas Policlínicas regionais.
	Publicação e revisão de 16 diretrizes e protocolos de atenção à saúde da pessoa com deficiência	Revisão e publicação de 16 diretrizes de atenção à saúde da pessoa com deficiência
	Habilitação de Centros de Referência em Reabilitação para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no SUS	Criação de novos incentivos de custeio no âmbito da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência
	Novo custeio mensal para atendimento a pessoas com TEA nos serviços da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD)	Habilitação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) para o recebimento do custeio adicional de 20% para atendimento às pessoas com TEA
	Reajuste no custeio mensal direcionado aos serviços da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência – RCPD	Habilitação dos veículos de transporte sanitário adaptado no âmbito da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência para o recebimento do custeio mensal
	Publicação da Portaria de revisão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD)	Revisão da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome</b>	Oferta de 8 turmas EAD com mentoria para formação de profissionais da Média e Alta Complexidade nos Centros	Induzir a construção de cursos presenciais e/ou a distância pelas equipes estaduais de gestão do trabalho e educação permanente do SUAS através de seus Planos

Órgão ou entidade executores	Ação Inicial	Ação Alterada
	Dia e Similares, Residências Inclusivas e demais serviços em todas 27 UFs	Estaduais de Educação Permanente; Realizar 3 Lives temáticas no ano de 2026 com foco nas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) essenciais aos trabalhadores dos Centro Dia e Similares, Residências Inclusivas.
	Busca ativa de pessoas com deficiência em unidades de acolhimento.	Incentivar a inclusão de pessoas com deficiência em unidades de acolhimento no Cadastro Único
<b>Ministério do Esporte</b>	Formação de 1.000 professores da rede básica de ensino na temática do paradesporto	Formação de 1.000 professores de educação física na temática do paradesporto
	Implantação de 34 núcleos do Programa Maré Inclusiva nas regiões litorâneas do país	Implantação de 5 núcleos do Programa Maré Inclusiva nas regiões litorâneas do país
<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>	Criação e divulgação do cadastro negativo de empresas descumpridoras das cotas de emprego para pessoas com deficiência	Criação de certidão que permite a consulta, em transparência ativa do cumprimento da cota para pessoas com deficiência de qualquer empresa no Brasil
<b>Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania</b>	Campanha no Disque Direitos Humanos (Disque 100) para denúncias de capacitismo	Campanha em redes sociais de combate ao capacitismo
	Instituição do Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência – Sisnedef	Desenvolvimento de protótipo de sistema informático para a realização da avaliação biopsicossocial

# PROPOSTA DE NOVAS INICIATIVAS

Órgão ou entidade executores	Eixo	Descrição da ação/ Iniciativa	Meta
<b>Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS – AgSUS</b>	2	Capacitação de médicos na temática do acesso e inclusão das pessoas com deficiência à Atenção Primária à Saúde - APS.	Capacitar 3000 médicos no curso UBS ACESSÍVEL E INCLUSIVA: curso básico sobre acesso de pessoas com deficiência à Atenção Primária à Saúde - APS
<b>Instituto Nacional do Seguro Social – INSS</b>	1	Criação do Comitê Gestor da Rede Intersetorial de Reabilitação Integral	Instituir Comitê Gestor da rede Intersetorial de Reabilitação Integral
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	3	Identificador de Maturidade Tecnológica - (Technology Readiness Level) TRL	Implementação web, nos moldes do sistema de e-gov do MCTI, da metodologia TRL para identificação do nível de maturidade tecnológica para Tecnologia Assistiva – TA, em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI Renato Archer)
	3	Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Transtorno do Espectro Autista - Rede P&D em TEA	Articular, estimular e facilitar o avanço científico e tecnológico sobre os aspectos do diagnóstico, acompanhamento e intervenção clínica e suas interfaces com as dimensões psicossociais, educacionais, de saúde, comunicação, inclusão socioproductiva e bem-estar da pessoa com Transtorno do Espectro Autista
	3	INTREGA PcD-DF: Sistema Nacional de Gestão Integrada de Dados sobre PcD - Projeto Piloto no Distrito Federal	Implementar um Sistema Nacional de Conhecimento e Informação em Tecnologia Assistiva e Inclusão Social, composto por uma plataforma digital aberta e um Observatório de Dados sobre incidência, necessidades em TA e demandas de suporte social/psicológico da comunidade PcD no DF, executado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Ibict, em alinhamento com a SEDES/MCTI

Órgão ou entidade executores	Eixo	Descrição da ação/ Iniciativa	Meta
<b>Ministério da Gestão e Inovação</b>	3	Disponibilização do Sistema (SPUNET) para cadastramento de dados de acessibilidade das edificações federais	Disponibilizar Sistema (SPUNET) para cadastramento de dados de acessibilidade das edificações federais
	3	Regulamentação de procedimentos para adaptações de acessibilidade nas edificações sob a administração pública direta e indireta	Publicar norma de Regulamentação dos procedimentos de acessibilidade nas edificações
<b>Ministério da Saúde</b>	4	Módulos educacionais referente à Pessoa com Deficiência e a o letramento anticapacitista no Programa Saúde na Escola (PSE)	Disponibilizar 5 Módulos educacionais referente à Pessoa com Deficiência e ao letramento anticapacitista no Programa Saúde na Escola (PSE)
	4	Formação e qualificação dos gestores e profissionais da saúde que atuam no SUS e no SasiSUS	Ofertar 5 Cursos de qualificação referente à Pessoa com Deficiência
	4	Formação de Técnicos Ortesistas e Protésistas	Disponibilizar 1 curso de qualificação
	4	Produção de dados relativos à pessoa com deficiência, entre eles a população indígena que estão inclusive nos territórios	Incluir variável sobre a pessoa com deficiência nos sistemas de informação do Ministério da Saúde
	4	Elaboração de novos Projetos Arquitetônicos de referência de Centros Especializados em Reabilitação (CER) e da Oficina Ortopédica	Elaborar 1 Projeto de Referência para o CER, e Elaborar 1 Projeto de Referência para a Oficina Ortopédica
	4	Elaboração de projetos de referência para a construção de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) nos portes I, II, III, IV e V	Elaborar 5 projetos de referência para UBS
	4	Qualificação dos Profissionais de Educação Física para a inclusão da prática esportiva nos Centros Especializados em Reabilitação	Elaborar Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério da Saúde e Ministério do Esporte
	4	Ensino, Estudo e Pesquisa em Atenção Especializada à Saúde	Avaliar 3 tipos de impressoras 3D (monofilamento, multifilamento e carbono) e diferentes tipos de filamentos para desenvolver órteses e próteses de membro superior e

Órgão ou entidade executores	Eixo	Descrição da ação/ Iniciativa	Meta
			inferior, subsidiará técnica-cientificamente as tomadas de decisões às melhores soluções de manufatura aditiva para fabricação de órteses e próteses para dispensação no SUS.
<b>Ministério das Mulheres</b>	1	Fórum de Mulheres com Deficiência	Instituir um espaço permanente de diálogo, articulação e proposição de políticas públicas voltadas às mulheres com deficiência.
<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b>	3	Alterar as normas a serem aplicadas às operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, para prever a Inclusão Produtiva e Acessibilidade Rural por meio das linhas de investimento do Pronaf.	Publicar Resolução para alterar o Manual de Crédito Rural – MCR, inclusão de alíneas sobre financiamento a construção ou reforma de moradias no imóvel rural, inclusive adaptações de acessibilidade e financiamento para utilização aquisição de equipamentos adaptados a pessoas com deficiência e cadeiras de rodas motorizadas para todo terreno, cuja utilização seja necessária ao trabalho no imóvel pelo beneficiário ou pelos seus familiares.
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome</b>	4	Qualificação da oferta do Serviço de Acolhimento para Jovens e Adultos com Deficiência em Residência Inclusiva	Elaborar parâmetros do Serviço de Acolhimento para Jovens e Adultos com Deficiência em Residência Inclusiva
	4	Oferta de cuidotecas para crianças (com e sem deficiência) que estão sob responsabilidade de pessoas que estudam ou trabalham em horários que excedem a jornada escolar (noites, finais de semana, feriados, férias escolares, entre outros) ou que estejam matriculadas em cursos de qualificação técnica.	Implementar 100 cuidotecas
<b>Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania</b>	1	Elaboração de proposta de formação sobre avaliação biopsicossocial, incluindo conteúdo programático e materiais	Entregar uma proposta de conteúdos mínimos necessários para que um profissional seja habilitado para aplicar a avaliação biopsicossocial e utilizar o sistema informático.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite evidencia avanços relevantes na retomada de uma política pública estruturante, intersetorial e orientada à garantia de direitos, ao mesmo tempo em que revela desafios importantes relacionados à coordenação federativa, à execução orçamentária e à consolidação de mecanismos de monitoramento.

Do ponto de vista dos resultados gerais, o NVSL apresenta um desempenho inicial positivo. A maior parte das 95 iniciativas encontra-se em execução, com predominância de ações “em andamento com entregas parciais” (33%) e “concluídas” (31%), além de um percentual significativo “em andamento” (24%). Esse cenário indica capacidade de ativação institucional relativamente rápida após o lançamento do Plano, com geração de entregas concretas em diversas áreas.

No plano qualitativo, destacam-se avanços expressivos em três dimensões centrais:

**1. Fortalecimento da governança e institucionalização da política:**

A criação da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD) e de instrumentos como o Observatório de Monitoramento representam inovações relevantes, ao conferir maior coordenação, transparência e capacidade de acompanhamento das ações. A institucionalização de fóruns e espaços de articulação também contribuiu para consolidar a política como agenda de Estado.

**2. Transversalidade e capilaridade das ações:**

A presença de iniciativas distribuídas entre diversos ministérios demonstra a efetiva incorporação da agenda da deficiência em múltiplas políticas públicas (educação, saúde, cultura, trabalho, assistência social, ciência e tecnologia). Essa transversalidade é coerente com o modelo biopsicossocial e com a abordagem de direitos, ampliando o alcance das políticas para além de ações setoriais isoladas.

**3. Produção de entregas concretas e normativas:**

Observa-se a conclusão de ações estruturantes, como revisões normativas no Sistema Único de Saúde, criação de instrumentos de transparência no mercado de trabalho (certidão de cumprimento de cotas), campanhas nacionais de enfrentamento ao capacitismo e iniciativas de formação e qualificação. Essas entregas indicam capacidade de gerar efeitos institucionais e simbólicos relevantes.

No campo orçamentário-financeiro, a leitura consolidada do relatório do demonstra um valor executado de R\$ 2,7 bilhões, correspondendo a 46% do total ajustado.

Esse resultado representa de forma mais precisa o desempenho das ações efetivamente executáveis no período, demonstrando a concretização das iniciativas previstas e o fortalecimento da capacidade estatal de resposta em uma agenda que exigiu reorganização institucional. Além disso, verificou-se algumas ações cujos valores de execução ultrapassaram as previsões iniciais, evidenciando a capacidade adaptativa do Plano para intensificar esforços em iniciativas com maior maturidade institucional e potencial de entrega, sem alterar o universo de referência adotado para o cálculo da taxa de execução.

Além dos avanços demonstrados, o monitoramento aponta para alguns aspectos que devem ser observados para ampliar a efetividade do Plano como fluxo contínuo de informações de execução das ações, disponibilidade orçamentária e ampliação da articulação federativa em torno do plano.

Em síntese, os resultados parciais do Novo Viver sem Limite são compatíveis com a retomada de uma política nacional permanente, que exigiu recomposição institucional, articulação entre órgãos governamentais e entes federativos, além de reorganização administrativa e orçamentária. A instalação da CIDPD, com duas instâncias de governança, reforça esse processo e evidencia a capacidade de mobilização institucional necessária para sustentar a implementação do Plano.

Conclui-se que o Novo Viver sem Limite representa um avanço relevante na agenda de direitos das pessoas com deficiência no Brasil, não apenas por suas entregas imediatas, mas por consolidar um processo contínuo de fortalecimento institucional, integração de políticas públicas e ampliação da capacidade estatal de resposta. Como política de Estado intersetorial, participativa e orientada à inclusão, o Plano estabelece bases sólidas para sua continuidade, aprofundamento e expansão nos próximos ciclos, contribuindo para a garantia de direitos e a plena participação das pessoas com deficiência em todo o território nacional.

The background is a solid dark blue color. It is decorated with a pattern of white geometric shapes. The shapes include semi-circles, quarter-circles, a diamond, and a four-pointed star. These shapes are arranged in a grid-like pattern, with some shapes partially cut off by the edges of the page. The text is centered in the middle of the page.

**ANEXO – QUADRO  
DEMONSTRATIVO DAS  
AÇÕES APÓS A REVISÃO**

**ANEXO 1 - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES APÓS REVISÃO**

Obs.: Novas iniciativas com destaque em azul e iniciativas alteradas com destaque em laranja.

**Eixo 1: Gestão e Participação Social**

INICIATIVA	RESPONSÁVEL
Criação do Comitê Gestor da Rede Intersectorial de Reabilitação Integral	INSS
Realização de 4 Seminários Nacionais com a Rede de Pontos e Pontões de Acessibilidade Cultural	MinC
Reconhecimento e premiação de 82 iniciativas culturais idealizadas por e para pessoas com deficiência Prêmio Sergio Mamberti	MinC
Criação de 27 observatórios de monitoramento para fiscalizar a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (parceria com Universidades Federais)	MEC
Revisão da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde	MS
Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde	MS
Consolidação das normas sobre financiamento e transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS	MS
Elaboração e publicação de 5 novas diretrizes de atenção à saúde da pessoa com deficiência	MS
Fórum de Mulheres com Deficiência	MMulher
Induzir a construção de cursos presenciais e/ou a distância pelas equipes estaduais de gestão do trabalho e educação permanente do SUAS através de seus Planos Estaduais de Educação Permanente por meio da oferta de curso de design instrucional	MDS
Criação de certidão que permite a consulta, em transparência ativa do cumprimento da cota para pessoas com deficiência de qualquer empresa no Brasil	MTE
Desenvolver protótipo de sistema informático para a realização da avaliação biopsicossocial	MDHC

INICIATIVA	RESPONSÁVEL
Elaboração de proposta de formação sobre avaliação biopsicossocial, incluindo conteúdo programático e materiais	MDHC
Pactuação e lançamento do Novo Viver sem Limite em todos os Estados e DF	MDHC
Pactuação com Estados para cumprimento do protocolo nacional de atendimento de denúncias de violações de direitos de pessoas com deficiência	MDHC
Lançamento do Portal do Observatório de Monitoramento das Ações do Novo Viver sem Limite	MDHC
Constituição do Fórum Nacional de Gestores de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência	MDHC
Decreto - Estrutura de Governança do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Novo VSL	MDHC
Instituição da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CIDPD em caráter permanente	MDHC
<b>TOTAL DE AÇÕES</b>	<b>19</b>

## Eixo 2: Enfrentamento ao Capacitismo e à Violência

INICIATIVA	RESPONSÁVEL
Capacitação dos médicos dos programas de provimento no Brasil na temática da deficiência	AgSUS
Capacitação de 100% dos profissionais dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNES, no âmbito da Rede dos Institutos Federais	MEC
Formação continuada de professores de salas comuns na Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	MEC
Capacitação de 6 mil profissionais de segurança pública na Língua Brasileira de Sinais (Libras)	MJSP
Capacitação de 6 mil profissionais de segurança pública na atuação policial frente às pessoas com deficiência psicossocial e outros grupos vulneráveis	MJSP

INICIATIVA	RESPONSÁVEL
Aprovação da destinação de recursos federais para a construção de 90 novas Policlínicas regionais	MS
Formação de 4.500 lideranças para atuação na defesa de direitos humanos das pessoas com deficiência nos territórios, com ênfase em pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+ com deficiência – Programa de Formação de Lideranças com Deficiência	MDHC
Instituição do Centro Nacional de Memória da Internação Compulsória	MDHC
Tombamento de 5 ex-colônias de internação compulsória de pessoas com hanseníase	MDHC
Publicação de livros (acadêmico e didático), promoção de exposições física e virtual sobre Direito à Memória, reconhecimento e reparação da escravidão às pessoas negras com deficiência	MDHC
Formação de 15.000 Conselheiros Tutelares na temática da Promoção de Direitos da Criança e do Adolescente com Deficiência	MDHC
Protocolo de qualificação e monitoramento dos espaços de acolhimento às pessoas idosas e com deficiência	MDHC
Campanha em redes sociais de combate ao capacitismo	MDHC
Protocolo de atendimento e encaminhamento de denúncias de violações de direito de pessoas com deficiência	MDHC
<b>TOTAL DE AÇÕES</b>	<b>14</b>

### Eixo 3: Acessibilidade e Tecnologia Assistiva

INICIATIVA	RESPONSÁVEL
Financiamento de novas Tecnologias, Inovação e Acessibilidade na linha do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)	Ancine
3.055 obras financiadas com recursos de acessibilidade comunicacional	Ancine
100% de acessibilidade comunicacional nas sessões comerciais das salas de cinema	Ancine
Implementação do Sistema Nacional de Comunicação em Libras - SIS-Libras	MCTI

INICIATIVA	RESPONSÁVEL
Implantação de 28 laboratórios no âmbito da SisAssistiva – Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Certificação de Tecnologia Assistiva	MCTI
Institucionalizar o serviço Centro de Acesso, Pesquisa e Inovação em Tecnologia Assistiva - CAPTA	MCTI
Identificador de Maturidade Tecnológica - (Technology Readiness Level) TRL	MCTI
Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Transtorno do Espectro Autista - Rede P&D em TEA	MCTI
INTREGA PcD-DF: Sistema Nacional de Gestão Integrada de Dados sobre PcD - Projeto Piloto no Distrito Federal	MCTI
Realização de 10 edições de curso de qualificação em Acessibilidade Cultural de Base Comunitária	MinC
5 Pontões de Cultura no país com a temática de acessibilidade	MinC
27 Cursos presenciais de qualificação em Acessibilidade Cultural	MinC
Formação de 500 profissionais em Acessibilidade Cultural - EAD	MinC
3 Encontros Nacionais de Acessibilidade Cultural - ENAC	MinC
Implantação de 11 novos Pontos de Cultura que atuam com a temática de Acessibilidade e Equidade	MinC
120 cursos de extensão para 4.000 pessoas com temas e técnicas de tecnologia assistiva no âmbito da Cultura	MinC
Lançamento nacional do app VEM CA - Plataforma de Cultura, Conteúdo e Conhecimento Acessíveis	MinC
Alterar as normas a serem aplicadas às operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, para prever a Inclusão Produtiva e Acessibilidade Rural por meio das linhas de investimento do Pronaf.	MDA
Atendimento de 38 mil escolas com salas de recursos multifuncionais adquiridas com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	MEC
1.500 ônibus de transporte escolar acessíveis	MEC

INICIATIVA	RESPONSÁVEL
72 mil exemplares em Braille para o atendimento de 12 mil alunos cegos ou com deficiência visual no âmbito do Programa Nacional Livro Didático - PNLD	MEC
Retomada da Rede Incluir para ações de acessibilidade nas Universidades Federais	MEC
Livros digitais para 20 mil alunos cegos ou com deficiência visual no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD	MEC
Disponibilização do Sistema (SPUNET) para cadastramento de dados de acessibilidade das edificações federais	MGI
Regulamentação de procedimentos para adaptações de acessibilidade nas edificações sob a administração pública direta e indireta	MGI
Elaboração e publicação do Guia de Acessibilidade na Aviação Civil	MPor
Diagnóstico da conformidade de acessibilidade arquitetônica e comunicacional nas unidades do Sistema Nacional Socioeducativo	MDHC
<b>TOTAL DE AÇÕES</b>	<b>27</b>

#### Eixo 4: Promoção de Direitos

INICIATIVA	RESPONSÁVEL
Educação Bilíngue Investimentos com pessoal e ações no Instituto Nacional de Surdos – INES	MEC
Ampliação de 700 vagas no âmbito do PARFOR na rede de mestrado profissional em Educação Inclusiva (PROFEI/PROEB) para todos os estados e o DF	MEC
Capacitação de professores no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Equidade	MEC
Capacitação de professores no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade)	MEC
Formação de 3.500 profissionais na educação bilíngue (Língua Brasileira de Sinais) de surdos até 2024	MEC
Desenvolvimento de Produtos Educacionais didáticos bilíngues (português-libras)	MEC

INICIATIVA	RESPONSÁVEL
Formação de 63 mil professores e 106 mil gestores em educação especial na perspectiva inclusiva pela Rede Nacional de Formação (RENAFOR)	MEC
Suporte financeiro adicional a escolas para atendimento a estudantes com deficiência no Programa Dinheiro Direto na Escola Básico - PDDE	MEC
Contratação de profissionais de apoio a estudantes com deficiência na Rede Federal de educação profissional, científica e tecnológica	MEC
Apoio a 10 Projetos envolvendo Equoterapia na Rede Federal	MEC
Cursos de produção de materiais acessíveis no âmbito da Plataforma Aprenda Mais	MEC
10% de provimento das vagas para pessoas com deficiência no Concurso Nacional da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)	MEC
Capacitação de 3 mil profissionais das equipes da Perícia Médica Federal, Reabilitação Profissional e Serviço Social do INSS sobre os direitos da pessoa com deficiência e modelo Único da Avaliação Unificada da Deficiência	MPS
Habilitação de 75 novos Centros Especializados em Reabilitação	MS
Habilitação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) para o recebimento do custeio adicional de 20% para atendimento às pessoas com TEA	MS
Reajuste no valor do custeio dos Centros Especializados em Reabilitação (35% para CERs II e III; 25% para CER IV)	MS
Habilitação dos veículos de transporte sanitário adaptado no âmbito da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência para o recebimento do custeio mensal	MS
Habilitação de 12 Oficinas Ortopédicas	MS
Reajuste de 35% no custeio das Oficinas Ortopédicas da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD)	MS
Criação de novos incentivos de custeio no âmbito da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência	MS
Revisão e publicação de 16 diretrizes de atenção à saúde da pessoa com deficiência	MS
Elaboração da linha de cuidado e das diretrizes de atenção à saúde das pessoas com pé torto congênito	MS

INICIATIVA	RESPONSÁVEL
Revisão e atualização da linha de cuidado referente ao Transtorno do Espectro Autista (TEA)	MS
Módulos educacionais referente à Pessoa com Deficiência e a o letramento anticapacitista no Programa Saúde na Escola (PSE)	MS
Formação e qualificação dos gestores e profissionais da saúde que atuam no SUS e no SasiSUS	MS
Formação de Técnicos Ortelistas e Protelistas	MS
Produção de dados relativos à pessoa com deficiência, entre eles a população indígena que estão inclusive nos territórios	MS
Elaboração de Novos Projetos Arquitetônicos de referência de Centros Especializados em Reabilitação (CER) e da Oficina Ortopédica	MS
Elaboração de projetos de referência para a construção de Unidades Básicas de Saúde (UBSs ) nos portes I, II, III, IV e V	MS
Qualificação dos Profissionais de Educação Física para a inclusão da prática esportiva nos Centros Especializados em Reabilitação	MS
Ensino, Estudo e Pesquisa em Atenção Especializada à Saúde	MS
Implantação de 20 unidades de salas multissensoriais para o acolhimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Aeroportos e Aeródromos Regionais	MPor
Centros Dia e similares, Residências Inclusivas e Família Acolhedora	MDS
Programa BPC na Escola com 425 mil matrículas de pessoas beneficiárias na rede regular de ensino	MDS
Qualificação da oferta do Serviço de Acolhimento para Jovens e Adultos com Deficiência em Residência Inclusiva	MDS
Oferta de cuidotecas para crianças (com e sem deficiência) que estão sob responsabilidade de pessoas que estudam ou trabalham em horários que excedem a jornada escolar (noites, finais de semana, feriados, férias escolares, entre outros) ou que estejam matriculadas em cursos de qualificação técnica.	MDS
Incentivar a inclusão de pessoas com deficiência em unidades de acolhimento no Cadastro Único	MDS
Implantação de 27 núcleos do programa TEAtivo em todas as unidades da federação	MEsp

INICIATIVA	RESPONSÁVEL
Implantação de 27 núcleos do Programa Semear + Paradesporto em todas as unidades da federação	MEsp
Implantação de núcleos do Programa Paradesporto Brasil em Rede em 21 unidades da federação	MEsp
Implantação de 5 núcleos do Programa Maré Inclusiva nas regiões litorâneas do país	MEsp
Formação de 1.000 professores de educação física na temática do paradesporto	MEsp
Qualificação de 4.329 atendentes do Sistema Sine "Casa do Trabalhador" para atendimento a pessoas com deficiência	MTE
Formação de 2.000 Agentes em Tecnologia do Emprego com Apoio	MTE
Habilitação de 200 entidades representativas das pessoas com deficiência na condição de instituições qualificadoras	MTE
Promover 120.000 novos contratos de trabalho de Pessoas com Deficiência ou reabilitadas do INSS em empresas obrigadas a cumprirem a Lei de Cotas	MTE
5.772 Mutirões de Empregabilidade da Pessoa com Deficiência (Dia D do emprego da Pessoa com Deficiência) nas 27 Unidades da Federação	MTE
Formação presencial de 1.500 pessoas com deficiência aposentadas, ou beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em letramento digital e educação midiática	MDHC
Formação de 3.000 mil trabalhadores das Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI) sobre os direitos da pessoa idosa com deficiência e prevenção à tortura	MDHC
Formação de 2.000 conselheiros municipais de direitos da pessoa idosa sobre direitos das pessoas com deficiência	MDHC
<b>TOTAL DE AÇÕES</b>	<b>50</b>

**TOTAL DO SOMATÓRIO DOS 4 EIXOS**

**110 AÇÕES**



**DIREITOS  
HUMANOS**

**MINISTÉRIO DOS  
DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA**

**GOVERNO DO  
BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO